



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

DANIEL GOMES DA SILVA

PARQUE SÓLON DE LUCENA: Intervenção Urbana e Vendedores Ambulantes no
Centro de João Pessoa - PB

João Pessoa - PB

2015

DANIEL GOMES DA SILVA

**PARQUE SÓLON DE LUCENA: Intervenção Urbana e Vendedores Ambulantes no
Centro de João Pessoa - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado
em Geografia da Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências para a obtenção do
título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ligia Maria Tavares da
Silva

João Pessoa-PB

2015

S586p Silva, Daniel Gomes da.
Parque Sólon de Lucena : intervenção urbana e vendedores ambulantes no centro de João Pessoa- PB / Daniel Gomes da Silva. – João Pessoa, 2015.
64p. : il.

Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ligia Maria Tavares da Silva.

1. Urbanização- João Pessoa. 2. Intervenção urbana.
3. Vendedores ambulantes. I. Título.

Daniel Gomes da Silva

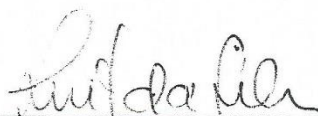
**PARQUE SÓLON DE LUCENA: INTERVENÇÃO URBANA E
VENDEDORES AMBULANTES NO CENTRO DE JOÃO PESSOA - PB**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do Bacharel em Geografia, João Pessoa – PB, novembro de 2015.

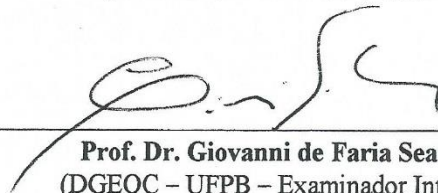
Aprovada em: 26/11/2015

Nota: 9,0

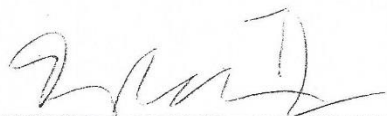
Banca Examinadora



Prof. Dr.ª Ligia Maria Tavares da Silva
(DGEOC – UFPB – Orientadora)



Prof. Dr. Giovanni de Faria Seabra
(DGEOC – UFPB – Examinador Interno)



Dr. Eduardo Pazera Junior
(Pesquisador – Avaliador Externo)

Dedico esta monografia a Deus principalmente, mas também à minha esposa Márcia e aos meus queridos filhos, Daniel Júnior e Gabriel Victor.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a. Ligia Tavares, por ter contribuído para que esta Monografia fosse realizada de forma efetiva, através da sua orientação.

A todos os Professores do Curso de Geografia, que me ajudaram a concretizar este grande sonho da minha vida, um motivo de grande alegria para mim, um sonho acalentado por toda minha vida.

A meu Deus, obrigado!

“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo.”

(Nelson Mandela)

RESUMO

Este presente trabalho aborda o conflito entre o poder público municipal e os trabalhadores ambulantes do Parque Sólon de Lucena, a Lagoa, os quais tiveram que sair daquele espaço, devido a um novo projeto de intervenção urbana. Com o respaldo da legislação municipal e estadual, a prefeitura objetivou removê-los, causando impactos negativos na vida dos trabalhadores que, em alguns casos, passaram mais da metade de suas vidas, sobrevivendo por meio do uso daquele espaço. Constatou-se que não houve um acordo justo para os que tiveram de sair, ficando mais de 200 trabalhadores desempregados. Verifica-se que este tipo de situação ocorre em outras partes do país e do mundo, tornando-se objeto de grandes discussões na Ciência Geográfica, na medida em que muitos trabalhadores ficam fora do mercado de trabalho, em decorrência de transformações espaciais, sem que haja ações de planejamento e gestão por parte do poder público visando à qualificação dessa população, levando-os à informalidade.

Palavras-chave: Parque Sólon de Lucena. Intervenção Urbana. Vendedores Ambulantes. Trabalhadores Informais.

ABSTRACT

This present work deals with the conflict between the municipal government and itinerant workers Solon de Lucena Park, the lagoon that had to get out of that space, because of a new urban intervention project. Backed by local and state law, the city aimed to remove them, causing negative impacts on the lives of workers who, in some cases, spent more than half of their lives surviving through the use of that space. We found that there was not a fair deal for those who had to leave, leaving over 200 workers unemployed. We found that this type of situation occurs in other parts of the country and the world, becoming the subject of much discussion in the Geographic Science, to the extent that many workers remain outside the labor market, due to spatial transformations, without coming into actions planning and management by the public authorities for that population, causing them to informality.

Keywords: Solon de Lucena Park. Urban intervention. Hawkers. Informal Workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do objeto de estudo: área norte do Parque Sólon de Lucena	14
Figura 2 - Lagoa após a primeira intervenção	33
Figura 3 - Imagem aérea do Parque Sólon de Lucena	34
Figura 4 - Início das obras da Parkway: Av. Getúlio Vargas e Lagoa, ao fundo	34
Figura 5 - Demolição das primeiras barracas	36
Figura 6 - Ponto de ônibus no momento da derrubada das barracas	37
Figura 7 - Árvores cortadas para dar lugar à nova pista do BRT	39
Figura 8 - Ilustração do projeto de reurbanização do Parque Sólon de Lucena	42
Figura 9 - Ravinamento próximo ao quiosque	43
Figura 10 - Placa informando o valor, data de início e conclusão da obra.....	50
Figura 11 - Banco do Parque totalmente destruído	51
Figura 12 - Calçadas do Parque Sólon de Lucena quebrada em várias partes	52
Figura 13 - Barras de vendedores eventuais no anel interno do Parque.....	53
Figura 14 - Retirada dos entulhos e troncos de árvores jovens	59
Figura 15 - Raízes e troncos de árvores derrubadas para passagem do BRT	59

LISTA DE SIGLAS

ACAPSL - Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Parque Sólon de Lucena

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BRT - Bus Rapid Transit

CAGED - Cadastro Geral de Empregados

CEF – Caixa Econômica Federal

CNPJ – Cadastro nacional de Pessoa Jurídica

CONPEC - Conselho de Proteção dos Bens Culturais

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MET - Ministério do Trabalho e Emprego.

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PSD – Partido Social Democrático

SEDURB – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SMAP - Sistema Municipal de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.2 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DOS TRABALHADORES INFORMAIS NO ESPAÇO URBANO.....	16
2.1 VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS	16
3 LEGISLAÇÃO ACERCA DO USO, OCUPAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA.....	25
3. 1 LEIS QUE TRATAM DO ORDENAMENTO URBANO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM JOÃO PESSOA.....	26
3. 2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI DO COMÉRCIO INFORMAL, VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS NO CENTRO DE JOÃO PESSOA.....	27
3.2.1 <i>Do Comércio Ambulante e Eventual</i>	27
3. 3 SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS PROTEGIDAS EM JOÃO PESSOA	28
4 USOS E TRANSFORMAÇÕES DO PARQUE SÓLON DE LUCENA	32
4. 1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	32
4. 2 REMOÇÃO ATUAL DE QUIOSQUES E BARRACAS.....	36
4. 3 INÍCIO DA REFORMA DA LAGOA: Assinatura e Publicidade da Obra	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE - Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	67

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é compreender e fazer um resgate histórico da organização espacial que envolve os vendedores ambulantes que estão instalados na região norte do Parque Sólon de Lucena, Centro da cidade de João Pessoa, área conhecida por Lagoa. Será visto também a situação do uso e ocupação neste local por parte desses vendedores que possuem barracas ou quiosques no referido Parque. Será tratado igualmente sobre os vendedores eventuais, os quais circulam pelas calçadas da Lagoa, em busca de seus clientes que utilizam os ônibus, como principal meio de transporte, para ir ao Centro de João Pessoa.

Encontram-se como usuários desta parte do Centro, pessoas que trabalham ou simplesmente precisam fazer uso de algum serviço disponível como, por exemplo: as repartições públicas, clínicas, lojas comerciais entre outros, bem como, simplesmente, fazer um pequeno passeio. Podemos afirmar que, na sua maioria, as pessoas que utilizam o transporte público, ao descerem nos pontos de ônibus da Lagoa, mantêm contato direto com os ambulantes que lhes oferecem seus produtos naquele espaço urbano. Outrossim, tem como objetivo compreender como é a relação dos ambulantes com esse espaço urbano, em suas rotinas de trabalho e como vêm sendo impactados com as recentes intervenções urbanísticas naquele espaço urbano.

No capítulo II, analisar-se-á o uso e ocupação daquela área pelos vendedores ambulantes tendo por embasamento a bibliografia acadêmica produzida na Geografia Urbana, além de observações no local, desses atores sociais, para melhor conhecê-los nos seus modos de trabalhar naquele espaço público. Por meio da observação participante, foi possível testemunhar o drama enfrentado num cotidiano de trabalho, sem a garantia de estabilidade locativa dos trabalhadores, visto ser um local público, propenso à remoção. Por meio da observação, buscou-se conhecer esses homens e mulheres trabalhadores que sobrevivem como vendedores ambulantes. Nas fontes bibliográficas desta pesquisa buscou-se, além da fundamentação teórica, a pesquisa primária jornalística, visto que o objeto de estudo se apresenta na dinâmica da realidade atual.

No capítulo III, será vista a legislação acerca do uso, ocupação e preservação do espaço público do Parque Sólon de Lucena, a Lagoa. Tendo como orientação a questão legislativa relativa ao uso e ocupação por parte dos vendedores ambulantes da Lagoa, cuja referência será o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor do Município, o Código de Posturas da

Capital, o Código de Urbanismo, o Código de Meio Ambiente e, por se tratar de um Parque, o Sistema Municipal de Áreas Protegidas (SMAP).

No capítulo IV, far-se-á um breve resgate histórico da Lagoa, a qual faz parte do Centro da cidade de João Pessoa, que por sua vez, contém edificações antigas que remontam à época da colonização. Por isso, são tombadas pelos órgãos que as mantêm preservadas ou, pelo menos, de acordo com a lei, deveriam preservar. Isso mostra a importância histórica do Centro para a identidade da cidade, sendo a Lagoa a primeira área a ter um projeto urbanístico realizado no início do século XX. Nele foi priorizado o aspecto natural, com o objetivo de tornar o local arborizado, apesar da vegetação original ter sido destruída no entorno da Lagoa, quando foi construído o moderno Parque Sólon de Lucena, nome formal da Lagoa. Esta área passou a aglutinar, principalmente, um efervescente comércio local, iniciando assim o desenvolvimento econômico e social no local. Constatou-se, assim, nas palavras de Correa (2007, p. 67) quando afirma que a mudança no espaço geográfico “é o resultado do trabalho social que transforma a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da terra”.

1.2 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A área da pesquisa é considerada uma microescala, devido a sua extensão inferior a 100m², conforme figura abaixo:

Figura 1 - Localização do objeto de estudo: área norte do Parque Sólon de Lucena



Fonte: Criado pelo autor com dados extraído do google, 2015.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), todo o Parque possui cerca 150mil m² e, foi denominado Parque Sólon de Lucena através do decreto-lei 110 de 27 de setembro de 1924. Em 26 de agosto de 1980, foi tombado pelo IPHAEP com o Decreto nº 8.653. De acordo com o plano Diretor¹, o Parque Sólon de Lucena pertence a uma das cinco zonas em que é dividido o Município de João Pessoa, sendo uma especial de preservação e interesse social, cultural e lazer. Prioritário, portanto, para a preservação dos recursos de natureza ambiental, paisagística, cultural e histórica, os quais lhes são próprios.

No momento da pesquisa o Parque ainda era o lugar de trabalho de comerciantes e vendedores ambulantes, ou seja, a pesquisa acompanhou o processo de remoção dos mesmos.

Conforme podemos observar no mapa anterior de localização da área, foram consideradas as intervenções anteriores e a atual, onde tais mudanças foram ilustradas através de fotos que mostraram o Parque anteriormente e com a intervenção atual, ilustrando a área para melhor visualizar o espaço pesquisado, entretanto, os vendedores ambulantes foram os principais atores nessa relação espaço-cidadão.

Sabendo que a totalidade do espaço tem conteúdo e forma, revelando-se também pelo seu simbolismo e sua transformação, não há como espacializar uma determinada área sem procurar entender os processos que contribuíram para a transformação da mesma. Como lembra Souza (1988, p. 21) “a história da sociedade é a história do espaço, testemunhada pelo espaço construído ou humanizado”. Por isso se deu prioridade nesta pesquisa a quem mais pode elucidar algumas questões pertinentes a este espaço: os próprios ambulantes, para que expressem qual a importância que foi dada a esta classe de trabalhadores nas intervenções urbanísticas do Parque Sólon de Lucena, bem como, identificar a maneira que estes atores sociais participaram dos processos de decisões das reformas, e quais as consequências para eles, sendo assim perceber a situação dos mesmos sob o ponto de vista da legislação municipal, em relação ao uso e ocupação do solo.

¹ Conforme será visto no capítulo III.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DOS TRABALHADORES INFORMAIS NO ESPAÇO URBANO

2.1 VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS

Para contextualizar, a presente pesquisa foi tomado como base alguns eventos que interferiram na natureza daquele espaço urbano, a Lagoa, podendo ser este um dos motivos para o desemprego estrutural que, em maior escala, provoca tantas contradições sociais não só na nossa cidade como também no Estado e no Brasil. De acordo com Gomes (2006), foi a partir da década de 1940 que as cidades brasileiras iniciaram o processo de urbanização, com um fenômeno de migrações campo-cidade que mudou o cenário urbano paulatinamente, até três décadas seguintes deixando o Brasil de ser rural para tornar-se, definitivamente, um país urbanizado e industrializado a partir de 1970.

Para melhor compreender quem são os indivíduos que sobrevivem do comércio informal (ambulantes, os eventuais e informais) no espaço urbano desta pesquisa, Santos (2003) os classificam de trabalhadores do circuito inferior, pois, há um contato direto com o consumidor nas vendas, mas, sem os tramites do comércio formal que vende a prazo e requerem algumas burocracias, como fazer cadastros dos clientes, etc. Para entender melhor faz-se mister olhar a história recente.

O Brasil, no início da década de 1940, implementou o incipiente processo de modelo industrial, denominado substituição de importações, e com isto ocasionando o processo de emigrações em massa, cuja leva de migração rural-urbana transformou o Brasil num país urbano a partir da década de 1970 que, de acordo com o IBGE (2010), se na década de 1960 a área urbana era de 32.004.817 e na rural 38.987.526, com a industrialização consolidada na década de 1970, houve a virada, e a população urbana passou para 41.603.839.

Nas áreas urbanas hoje, de acordo com o censo de 2010, a população é de 160.925.792 e a rural de 29.830.007, sendo uma margem de mais de 80%, com destaque para a região Sudeste, o que trouxe para as cidades todo tipo de pressão social, principalmente, a questão de emprego e renda.

Na Paraíba, também houve a virada rural-urbano, a qual ocorreu mais tarde, enquanto, na década de 1970 a população urbana era de 1.019,338, na área rural a população era de 1.426.081. Foi somente na década de 1980 que a Paraíba se tornou urbana. De acordo com o referido censo, a população era de 1.479.705 para área urbana e 1.330.327 para rural (IBGE, 2010). As pessoas que migraram para as cidades em busca de emprego, inicialmente,

obtiveram êxito, pois, houve milhares de vagas para trabalhar nas indústrias e na construção civil então efervescente. Porém, houve uma explosão demográfica de modo que, com o passar do tempo, a procura por emprego tornou-se maior do que a oferta, surgindo daí uma massa de desempregados a partir dos anos de 1990.

De acordo com o IBGE (2010; 2013) a população da Paraíba é de 3,943,885, a taxa de desempregados na Paraíba é de 8,3%. E em João Pessoa a população é de 723.515, a média de desempregados é de 8%, significa dizer que existe uma média de 58 mil pessoas sem emprego formal somente em João Pessoa. Diante destes índices, pode-se concluir que existe uma massa significativa de pessoas desempregadas tendo que viver a duras penas.

Preocupado com a pressão demográfica cada vez maior nas grandes cidades, principalmente, na região Sudeste, o Governo Federal decidiu pulverizar investimentos na área industrial para aqueles estados com altos índices de emigrações e para tentar frear e manter as pessoas em seus locais de origem. Aqui na Paraíba, no final da década de 1970, o município de João Pessoa foi contemplado com um parque industrial bem localizado em uma área cortada pela BR 101 e, este deu nome a um novo bairro para a cidade, o bairro das indústrias. Embora seja digno de constatação, a maioria daquelas empresas que se instalaram naquele momento, depois que findaram as bonificações que as atraíam para cá, já encerraram suas atividades neste município como a *Johnson e Johnson*, a Coteminas, dentre outras.

Como se observa, desde o início da industrialização, rapidamente a oferta por emprego se tornou menor do que a procura, originando também uma massa de desempregados ou como disse MARX (2001, p. 748) “um exército industrial de reserva”, fruto do desemprego estrutural que é a substituição do homem pelas máquinas modernas de fabricação mais rápidas e em série de mercadorias. Essas pessoas, então, sem ter de que sobreviver e sem recursos para entrar no mercado formal, no circuito superior, enveredaram para o comércio informal da economia.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN, 2015) aqui na Paraíba, particularmente em João Pessoa, o processo industrial somente teve sua efetivação com a implantação do Distrito Industrial em 1965, muito embora este tenha sido criado desde 1963. Embora funcione, isto pode não representar qualidade de vida para o cidadão, nem justiça social, visto que muitas pessoas não têm acesso aos benefícios que essa mudança deveria representar, como justiça social e acesso a bens e serviços. Tal pesquisa se compromete a desvendar com um olhar geográfico o que está por trás deste fenômeno, todavia, tomando como base o último estudo do IBGE acerca do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, 54 dos cerca de 5,5 mil existentes no Brasil, municípios concentravam 50% do PIB

do país (IBGE, 2010). Apesar dos grandes investimentos em parques industriais, percebe-se uma grande disparidade na distribuição do emprego e da renda na sociedade brasileira.

Em João Pessoa, foi justamente no Centro, no entorno da Lagoa que surgiram, de forma desordenada, os primeiros vendedores ambulantes do comércio informal ou da economia informal que, oriundos principalmente dessa leva de desempregados potenciais, instalaram-se em pequenas barracas incipientes de madeiras próximas das paradas dos ônibus, com o objetivo de vender suas mercadorias para os transeuntes costumeiros, isto é, trabalhadores e trabalhadoras que se utilizam do transporte coletivo para chegar nesta área central da cidade. Fixaram-se e permanecem até hoje usando este espaço como meio de conseguir o sustento para alimentar suas famílias.

Nesta pesquisa, foi estudada a situação dos vendedores ambulantes que ocupam o Parque Sólon de Lucena e, para que não ocorresse problema epistemológico, foi usado o termo “vendedores ambulantes”, eventuais ou informais, para dar uma categoria ao nosso objeto de estudo. Utilizamos ainda, o conceito de informalidade, visto que, muitos deles não contribuem com a previdência social e não têm carteira trabalhista, a qual pode lhes garantir direitos essenciais como seguro desemprego, férias e seguro contra acidentes de trabalho. Nesta referida exposição, uma vez que muitos léxicos têm sido usados para definir estes atores sociais que sobrevivem precariamente vendendo nas ruas das cidades tanto mercadorias quanto alimentos, são classificados por vários termos, cheios de antinomias tais como: formal-informal, legal-ilegal, lícito-ilícito, regular-irregular, estruturado-não estruturado, circuito superior-circuito inferior (SANTOS 1978).

Souza (2011, p.145) nos infere uma categoria própria em que denomina de setor informal quando em sua definição diz o seguinte: “o setor informal abrange desde o comércio ambulante até atividades fortemente criminosas, como tráfico de drogas e armas e o contrabando”. No caso deste estudo, não analisamos este setor da economia. Quanto aos demais aspectos, João Pessoa se caracteriza por possuir uma parte significativa do setor informal, o qual absorve, de acordo com o IPHAN, 62% das microunidades existentes no aglomerado urbano, que são divididos entre o que chamaríamos de “setor informal moderno”, no qual estariam incluídos os serviços de conserto, o artesanato de produção, a construção, dentre outros e o “setor informal de atividades marginais”, o qual se enquadraria os camelôs, os serviços pessoais e os trabalhos clandestinos em geral. Para nós, eles são sobreviventes de um sistema que os separa da formalidade.

Sabemos que o comércio informal alimenta o formal num processo dialético desigual e combinado. Conforme nos diz Corrêa (2007, p. 66), “estas atividades do circuito inferior não

são independentes das outras, mas como um meio através do qual o processo de acumulação capitalista pode incluir um setor que não é atrativo para a grande empresa”.

Os trabalhadores que sobrevivem desta atividade informal, em sua maioria, são o resultado da reprodução do seu próprio estrato social continuado que são aquelas pessoas que, por motivos diversos, não ascenderam socialmente para o setor da formalidade.

A presente pesquisa busca entender este fenômeno da informalidade que, além de local, também é mundial, sendo um fenômeno de investigação de economistas e geógrafos.

Correa (2007, p. 66), assim define a atividade informal: “Estas atividades do circuito inferior [...] garante determinado nível de subsistência para uma população aparentemente marginalizada que não teria empregos fixos nas atividades modernas”.

De acordo com Damiani (1997, p. 57):

O desenvolvimento industrial permitiu um aumento crescente da população, fator este responsável pelo acréscimo preponderante da habilidade do globo, tendo como consequência destes fatos ocorridos ao longo da história, o advento da superpopulação e, respectivamente, do desemprego.

Com o êxodo rural para as cidades e a conseqüente taxa da exagerada urbanização e o despreparo educacional dessas pessoas criou o fenomenal “exército de reserva” cunhada por R. Walker (1978 apud SANTOS, 2008, p. 248). Com a industrialização do Brasil no início do governo Vargas, iniciou-se o processo de urbanização com a migração do rural-urbana a partir da década de 1940 e consolidada na década de 1970.

Inicialmente, sabe-se que na sua maioria, essa população foi absorvida em dois principais polos de trabalho: na construção civil e na indústria. E, devido à crescente demanda e, por décadas, ficaram fora do mercado de trabalho milhares de pessoas como não encontraram emprego, tomaram as ruas como meio de sobrevivência, vendendo diversos tipos de mercadorias para poderem sobreviver, mercadoria essas muitas vezes fabricadas nas indústrias que os excluíram do mercado de trabalho em consequência dessa divisão estrutural do trabalho (SANTOS, 2008).

As mudanças verificadas no processo produtivo e na reestruturação das empresas, em um contexto de recessão econômica, têm provocado forte precarização do trabalho. Em meados dos anos 1980, o Brasil, mesmo que tardiamente, iniciou seu processo de informatização e mecanização nas instituições financeiras e industriais, respectivamente, e isso gerou um efeito dominó que obrigou as médias e pequenas empresas a se atualizar, pois, do contrário, teriam que sair do mercado, uma vez que não acompanhariam às novas demandas do progresso (SANTOS, 2003).

O autor prossegue ao falar que foi a partir dos anos 1990 que se deu a grande mudança neste campo que podemos chamar de desemprego estrutural. A partir de então, grande parte dos postos de trabalho deixaram de existir e, conseqüentemente, o surgimento daqueles operários, que não estavam preparados para entrar no mercado informatizacional e da mecanização, ao tempo que uma máquina industrial elimina vários postos de emprego, substituindo o trabalho do homem em sua atividade laboral.

Essa é, portanto, uma das causas do surgimento da informalidade, isto é, dos trabalhadores sem carteira assinada, sem direitos essenciais da previdência do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e assistência em caso de acidente e demais benefícios da carteira assinada. Muitos trabalhadores estavam acima da idade e sem qualificação para serem absorvidos pelo mercado de trabalho (SANTOS, 2003).

Ainda, de acordo com Santos (2003, p.103), “a criação de indústrias tão modernas e com baixo coeficiente de ocupação constitui um dos fatores de subemprego e, de não-emprego, portanto, de empobrecimento da população”.

Delimitamos a nossa área da pesquisa numa pequena porção do espaço urbano, no bairro do Centro, na cidade de João Pessoa, com o propósito de estudar o comércio ambulante, formado por atuais barraqueiros que, são antigos vendedores ambulantes e que passaram a vender mercadorias nos quiosques do local, bem como os vendedores eventuais que convivem neste mesmo espaço oferecendo suas mercadorias aos transeuntes. Os clientes deste pequeno comércio de ambulantes vêm, em sua maioria, de ônibus dos diversos bairros da capital e utilizam esta área como caminho por diversos motivos conforme os diversos serviços prestados por esta área comercial da cidade.

Os clientes desse pequeno comércio de ambulantes, que em sua maioria vem em ônibus dos diversos bairros da capital, e utiliza por diversos motivos este pequeno recorte espacial como caminho, conforme dissemos anteriormente e veremos a seguir, bem como veremos alguns pontos da legislação atual, como por exemplo, o Código de Postura, o Plano Diretor, Código de Urbanismo, Código do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, que vai tratar da regulamentação, da espacialidade e do zoneamento onde estão inseridos os vendedores ambulantes, e do uso e ocupação por estes atores sociais.

Consideramos que, por estarem os ambulantes em um espaço público, e, portanto, sujeitos à remoção por parte do poder público, mesmo instalados em barracas padronizadas pela própria prefeitura, os que têm a posse destes estabelecimentos, igualam-se também aos que estão na qualidade de vendedores eventuais e da economia informal ou de rua, conforme a definição de Souza (2011, p.145):

A economia informal compreende os indivíduos, firmas e organizações dedicadas à produção ou à venda de mercadorias ou à prestação de serviços sem que as atividades estejam constituídas de acordo com as leis em vigor no país: na economia informal não se recolhem impostos, os trabalhadores não são registrados (e, portanto, sua situação trabalhista e previdenciária é precária ou precaríssima) e inexistem uma contabilidade formal das atividades.

Formando assim uma hierarquia, entretanto, forma neste local uma pequena divisão territorial do trabalho, e, visto que a sua existência neste local está sob a égide da legislação vigente, e, portanto, sujeito às decisões do poder municipal, da sua permanência, saída ou reformulações. Conforme Santos (2008), a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia, onde cada lugar, subespaço, assiste, como testemunha e ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Observou-se, neste local, uma pequena divisão territorial do trabalho entre os barraqueiros e os ambulantes eventuais. No entanto, sob a égide da legislação vigente, todos estão sujeitos às decisões do poder municipal quanto às suas permanências, saídas ou reformulações.

Como foi proposto, está explícito que estamos tratando de categorias de sujeitos que hierarquicamente ocupam o mesmo lugar, o mesmo subespaço.

Com a conquista espacial na década de 1970, o homem se consagrou, teve aí o início do que se pode chamar de a terceira revolução industrial, ou, o início da informatização sistemática e a robótica. Não somos ingênuos ao pensar que toda esta conquista não traria consequências para o destino da humanidade, sobretudo, em se tratando de emprego.

Com as conquistas espaciais, veio um conjunto de avanço, a saber: o meio técnico-científico, a robótica e a informatização, as indústrias. E os sistemas financeiros se viram obrigados a absorver essa novidade, caso contrário, estariam fadados a não acompanhar o desenvolvimento e irem à falência. As consequências vieram a galope, trouxe o termo cunhado pelos economistas de desemprego estrutural.

De acordo com Damiani (1997, p. 57):

O desenvolvimento industrial permitiu um aumento crescente da população, fator este responsável pelo acréscimo preponderante da habilidade do globo, tendo como consequência destes fatos ocorridos ao longo da história, o advento da superpopulação e, respectivamente, do desemprego.

Com o êxodo rural para as cidades, e a conseqüente taxa da exagerada urbanização, o despreparo educacional dessas pessoas criaram o fenomenal “exército de reserva” cunhada por Walker (apud SANTOS, 2008, p. 248).

A industrialização do Brasil no início do governo Vargas, deu início ao processo de urbanização com a migração do rural-urbano a partir da década de 1940, e consolidada na

década de 1970. Inicialmente sabe-se que, na sua maioria, essa população foi absorvida em dois principais polos de trabalho: construção civil e indústria. Devido à crescente demanda, e por décadas ficaram fora do mercado de trabalho, milhares de pessoas como não encontraram emprego, tomaram as ruas como meio de sobrevivência, vendendo diversos tipos de mercadorias para poderem sobreviver. Mercadoria essas muitas vezes fabricadas nas indústrias que os excluiu do mercado de trabalho, em consequência dessa divisão estrutural do trabalho (SANTOS, 2008).

Em sua definição, em relação aos vendedores de rua, Santos (1978; 2008, grifo nosso) diz que os vendedores ambulantes, e os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor. Não se pode negar que existem muitas vezes, por trás desta atividade, meios escusos para sonegar impostos o que não se aplica necessariamente ao nosso objeto de estudo. Mas ainda segundo o autor, supõe que isso pode ser uma resposta às necessidades próprias do circuito superior do comércio e fabricação, visto que, os comerciantes usam os vendedores de rua para fugir do pagamento de impostos e para poder empregar menores e idosos.

No espaço público da Lagoa, destinado aos vendedores ambulantes e eventuais, algumas barraquinhas no Parque Sólon de Lucena ficam próximo das paradas de ônibus, disputando espaço com as pessoas que se servem desse meio de transporte para chegar ao centro ou voltar para casa. A esse espaço público assim se refere Yagizi (1997, p. 27) “o espaço público representa o sustento de várias famílias [...] porque essas populações dependem dessa centralidade para sobreviver”. Estes trabalhadores de rua investem seu tempo oferecendo e vendendo suas mercadorias para sobreviver.

Esse fenômeno urbano do uso do espaço urbano pelos vendedores ambulantes do comércio informal nas ruas é muito complexo e o uso do espaço urbano pelos vendedores ambulantes do comércio informal nas ruas, não é atual. Ele acontece desde a primeira revolução industrial até a atualidade, sendo um assunto que intriga os estudiosos da geografia urbana na reflexão acerca desses sujeitos que, já naquela época, territorializavam as calçadas e as ruas da Inglaterra no início do século XVII. Isto foi anotado por Lefebvre (1999, grifo nosso), alegando que as pessoas que migraram para sobreviver como ambulantes nas ruas da cidade, no contexto da revolução industrial na Inglaterra, foram tratados como coisas. O cidadão que hoje se submete a passar horas e horas sob condições sub-humanas nas ruas do Parque Sólon de Lucena, no Centro de João Pessoa, que têm um perfil diferente dos seus pretensos clientes nas ruas, percebe que muitas vezes são vistos como subalternos pela

aparência que é transmitida aos que os observam e, muitas vezes, são pessoas de pouca ou nenhuma posse e de pouca instrução escolar, sendo lançados na informalidade por não ter outro meio para se sustentar. Por isso vão às ruas, enfrentar uma verdadeira maratona diária da economia informal, sendo qualificados de “guerreiros lutando para sobreviver com dignidade”.

Retomando a bibliografia, Ramos (2009, p. 200) nos lembra que:

O processo de urbanização teve dois momentos de intenso fluxo, o primeiro momento foi no início da revolução industrial, principalmente na Europa quando se constituíram as grandes cidades industriais de forte concentração humana e baixíssimos índices de qualidade de vida. O segundo momento foi após a 2ª guerra mundial, desta vez de forma mais abrangente formando-se, nos países desenvolvidos, cidades grandiosas dotadas de infraestruturas para população e nos países subdesenvolvidos “bolsões de pobreza” onde a população convive com inúmeros problemas sociais, econômicos, políticos, sanitários e ambientais.

Pode-se observar que vários estudiosos no assunto, mencionados nesta pesquisa, avaliam o processo de urbanização pós revolução industrial nas perspectivas política, sociológica, ético e, principalmente, no âmbito da geografia urbana. Nesta última, no que tange à Geografia Urbana, as abordagens dialéticas do espaço remetem à dimensão do espaço combinado e desigual que permeia a teoria da informalidade urbana proposta por Milton Santos (1997), quando discute a economia dos países subdesenvolvidos e a relação de dependência e reciprocidade que existe entre os setores formal e informal.

Os autores citados, atentam ainda para a segregação social, o exército de reserva, a migração rural-urbana e o desemprego estrutural que, como vimos anteriormente, refere-se ao trabalhador que foi substituído pelas novas tecnologias.

Tem-se também o desemprego conjuntural, significando aqueles que, por motivo de uma crise econômica, momentânea, em que passa a empresa, o país ou uma crise global, estão desempregados podendo ser readmitidos quando passar a crise, mas, que no momento da crise, permanecem sem emprego formalizado e que já ocuparam, ocupam ou vão continuar a ocupar o espaço público, fenômeno que pode ocorrer em qualquer país, onde, nas partes centrais das grandes cidades, poderá ser constatada a presença desses atores sociais vendendo seus produtos devido ao mesmo motivo: exclusão do mercado de trabalho por não atenderem ao perfil do empregador. De acordo com Santos (1978, p. 33) “[...] centros urbanos são constituídos, sobretudo pela atuação das atividades do circuito inferior [...]”.

Se para Santos (2008), a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia, na qual cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Observa-se, em nosso espaço pesquisado, uma pequena divisão

territorial do trabalho entre os barraqueiros e os ambulantes eventuais. No entanto, sob a égide da legislação vigente, todos estão sujeitos às decisões do poder municipal quanto a sua permanência, saída ou reformulação.

3 LEGISLAÇÃO ACERCA DO USO, OCUPAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA

Nesse capítulo será visto a legislação que trata do uso e ocupação do espaço urbano do Parque Sólon de Lucena, na qual a Prefeitura Municipal de João Pessoa se baseou para fazer as intervenções urbanas e a desocupação daquela área dos elementos que a compõem: edificações e pessoas. São leis municipais, estaduais e federais que discorrem sobre a questão da ocupação urbana, do uso, bem como da preservação dessas áreas e também sobre a regulamentação do comércio informal.

Destaca-se a lei Orgânica do Município (JOÃO PESSOA, 1990, grifos nosso) no seu artigo 100, quando se refere às obras públicas:

Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que constem:

I - O respectivo projeto;

II - O orçamento do seu custo;

III - a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

IV - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;

V - Os prazos para o seu início e término.

E no seu artigo 5º, quando se refere ao bem-estar da população:

Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XIII- planejar o uso e ocupação do solo em seu território;

[...]

XVII- cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

[...]

VI- Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Destaca-se no Plano Diretor Municipal, a competência desse poder em dar toda forma de proteção ao bem-estar da população. Prossegue:

Art. 2º. O Plano Diretor tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem-estar da população.

[...]

IX - a prioridade para os pedestres nas arcas de maior concentração de transeuntes e nas proximidades dos estabelecimentos de ensino e obrigatoriedade de calçadas e passeios em forma de proteção da vida humana.

3. 1 LEIS QUE TRATAM DO ORDENAMENTO URBANO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM JOÃO PESSOA

Para entender melhor as problemáticas dos conflitos envolvendo o Poder Público e os atores sociais envolvidos em nosso objeto de estudo, precisamos considerar as leis pertinentes que tratam do ordenamento da política urbana, do uso e ocupação do solo, pois, sem esses paralelos, dificilmente, compreenderemos se está ou não havendo justiça social neste espaço urbano, onde há uma forte concentração de pessoas vindas de todos os bairros da cidade, o que torna este espaço um vetor importante em diversas finalidades laborais.

Então, inicialmente, consideraremos o que diz o estatuto das cidades sobre as competências do poder público municipal, em seu art. 2º:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Apoiado no que nos diz o inciso II, é possível vê que de acordo com a análise dos dados que os comerciantes e vendedores ambulantes do comércio informal, não participarão das decisões acerca dos seus destinos naquele espaço do Parque urbano. Ainda sobre a política de ordenamento urbano, é importante considerar:

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) A utilização inadequada dos imóveis urbanos;

[...]

b) O parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;

[...]

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental.

3. 2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI DO COMÉRCIO INFORMAL, VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS NO CENTRO DE JOÃO PESSOA

Tomando como base o Código de Posturas do município de João Pessoa, faremos uma análise espacial onde nosso objeto de estudo está inserido e suas condições de instalações aplicados ao Parque Sólon de Lucena. Dessa maneira essa lei se estenderá sobre as condutas que devem ser adotadas por aqueles que manipulam alimentos e, dessa forma, devem manter também o seu ambiente de trabalho adequado para receber seus clientes os quais exigirão um certo conforto do estabelecimento comercial.

Em seu artigo terceiro, logo abaixo descrito, o Código de Posturas define como responsabilidade pela higiene do lugar é da Prefeitura, o que foi possível observar, é que não há higiene adequada nas barracas daquele espaço público urbano.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo Municipal zelar pela higiene, visando a melhoria do ambiente, a saúde e o bem-estar da população.

[...]

IV - dos locais de comércio eventual ou ambulante, bancas de revistas, fiteiros e outros;

3.2.1 Do Comércio Ambulante e Eventual

A lei municipal delimita o que é o comércio ou serviço ambulante e quais seus deveres e atribuições. Estando classificados assim:

Art. 229 - Considera-se comércio ou serviço ambulante, para os efeitos desta Lei, o exercício de venda de porta em porta ou de maneira móvel, nos logradouros públicos ou em locais de acesso ao público, sem direito a permanência definitiva.

Art. 230 - Considera-se comércio eventual para os efeitos desta Lei, o exercício de vendas com apoio para mercadorias, em locais predeterminados pelo órgão de Planejamento Municipal e de fácil acesso ao público, apenas durante o horário comercial.

Art. 231 - O exercício do comércio ambulante e do eventual dependem de licença prévia do órgão competente da Prefeitura Municipal, em conformidade com as prescrições da Legislação Tributária do Município e do que preceitua este Código.

Sendo assim, verifica-se que a atividade informal é dependente de licenciamento, cabendo à Prefeitura cancelar a atividade quando lhe convier.

3. 3 SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS PROTEGIDAS EM JOÃO PESSOA

O SMAP, Lei N° 12.101 (2011, grifos nosso), foi criada com a finalidade de normatizar e proteger as unidades de conservação, criadas dentro do nosso município, sendo responsável pela regulamentação ambiental de nossas unidades de conservação e parques públicos ficando a cargo do poder público municipal não apenas gerir, mas também, proteger esses espaços:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa – SMAP, que define e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação da natureza e dos parques municipais de João Pessoa.

Em seu Art. 2º consta:

[...]

XI) parque municipal: espaço territorial urbano ou rural, com equipamentos sociais, que permitem atividades de lazer, cultura, educação e a preservação do patrimônio ambiental, cultural e similares, legalmente instituído pelo Poder Público, ao qual se aplicam

garantias de proteção e gestão;

[...]

Art.7º

[...]

§ 3º O objetivo básico dos Parques Municipais é compatibilizar a preservação ambiental com a inclusão social das comunidades, disponibilizando espaços de mobilidade, lazer, cultura, educação e similares.

[...]

Art. 19. O Parque Temático Urbano tem o objetivo de proporcionar espaços de convivência social e lazer por meio de atividades contemplativas, culturais e educativas baseadas em aspectos de relevância natural, cultural, educativa, histórica e geográfica.

[...]

§ 2º No Parque Temático Urbano em área pública poderão ser admitidas alterações físicas apenas em áreas degradadas e que não descaracterizem a paisagem nativa, com o objetivo de atender ao tema escolhido e em conformidade com o disposto em regulamento e pelo órgão responsável por sua administração e Plano de Uso.

Diante do exposto acima, observa-se que aos parques foram estabelecidas garantias nesta Lei. Porém, até a presente data a Prefeitura Municipal não instituiu a Lei, visto que a responsabilidade de gestão dos Parques deve ser da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), por meio da Divisão de Áreas Protegidas, criada para este fim em 2011, juntamente com a Lei. Tal divisão não está em atividade na SEMAM, que a relegou aos arquivos mortos, não aplicando na prática os cuidados com os parques previstos na Lei, a

saber: a criação de uma equipe gestora e de um plano de manejo. Ao contrário, várias árvores foram cortadas na área do Parque e nenhum estudo de impacto ambiental foi realizado.

Segundo levantamento realizado pelo Professor Lauro Pires Xavier, o conjunto arbóreo do Parque Sólton de Lucena foi dividido pelas suas especialidades botânicas em árvores florestais, ornamentais e frutíferas. (Acervo da Fundação Casa de José Américo, João Pessoa, PB). Entre as árvores florestais (nativas e aclimadas), encontravam-se as seguintes:

- ✓ Eucaliptos (Austrália);
- ✓ Angico (Paraíba);
- ✓ Lírio Cinamono (Ásia);
- ✓ Carrapeta ou bilreiro (Paraíba);
- ✓ Araçá do mato (Paraíba);
- ✓ Pau Ferro (Paraíba);
- ✓ Sibipurina (São Paulo);
- ✓ Pau-Brasil.

Entre as ornamentais:

- ✓ Pau d'arco ou Ipê amarelo (Paraíba);
- ✓ Pau d'arco ou Ipê roxo (Paraíba);
- ✓ Oiti (Paraíba);
- ✓ Gameleira (Paraíba);
- ✓ Pororoca (Paraíba);
- ✓ Bambu (Malásia);
- ✓ Ficos Comum (Ásia);
- ✓ Castanha do Maranhão (Guiana);
- ✓ Flamboyant (Madagascar);
- ✓ Tamarindo (Índia);
- ✓ Felício (Exótica);
- ✓ Coqueiro dendê (África);
- ✓ Carnaubeira (Sertão da Paraíba);
- ✓ Palmeira de leque (Amazonas);
- ✓ Palmeira real (Antilhas);
- ✓ Palmeira Imperial (Antilhas);
- ✓ Mulungú (Paraíba);

- ✓ Trapiá (Paraíba);
- ✓ Sete Copas ou Kapok (Brasil e África);
- ✓ Joazeiro (Paraíba);
- ✓ Macaibeira (Paraíba);
- ✓ Canafístula rósea (Paraíba e Amazonas);
- ✓ Canafístula comum (Paraíba);
- ✓ Cácia rósea (Java);
- ✓ Mororó do Reino (Ásia);
- ✓ Cuitezeiro (Amazonas);
- ✓ Árvore do viajante (Madagascar);
- ✓ Cácia cacho de ouro (Ásia e África);
- ✓ Sombreiro (Amazonas);
- ✓ Marizeiro (Paraíba);

As árvores frutíferas:

- ✓ Mangueira (Índia);
- ✓ Jambo do Pará ou Jambeiro (Pará);
- ✓ Jambeiro comum (Índia);
- ✓ Pitombeira (Paraíba);
- ✓ Goiabeira (Paraíba);
- ✓ Cajá (Amazonas);
- ✓ Fruta-pão (Polinésia).

Foi um dos assuntos de grande relevância na lei, os redatores capricharam em explicitar os cuidados que se deve dispensar aos parques. Fazendo um paralelo em nossa pesquisa sobre o Parque Sólon de Lucena, percebe-se um fosso muito grande entre a lei e o cuidado com o Parque, percebe-se que há um mau gosto no trato dispensado até hoje, foi visto apenas medidas paliativas que não se equipara à importância deste espaço geográfico, que simboliza para a população o espaço matriz, onde a cidade germinou, seu primeiro núcleo urbano.

O Parque foi denominado Parque Sólon de Lucena através do decreto-lei 110 de 27 de setembro de 1924 e teve o seu projeto urbanístico em 1932, pelo paisagista Burle Max. Em 26 de agosto de 1980, foi tombado pelo IPHAEP com o decreto 8.653. Neste espaço, que desde a sua fundação serve como entreposto comercial urbano entre os bairros periféricos e o centro,

os governos municipais que sucederam, nunca apresentaram um projeto de aprimoramento do Parque que oferecesse à família pessoense, um conforto contemplativo como existe em outras cidades brasileiras como o Parque da Tijuca no Rio de Janeiro e o Ibirapuera em São Paulo, e até na escala internacional, o Central Park, nos Estados Unidos da América. A concepção defendida pelos higienistas, a exemplo de Saturnino de Brito, responsável pelo saneamento da Lagoa e criação do Parque Solón de Lucena, visa tornar as cidades mais limpas e ricas em produção de oxigênio, finalidade da arborização urbana que, além de oferecer paisagismo, tem a finalidade de absorver a poluição causada pelos automóveis nas cidades, o conforto ambiental das sombras e a amenização climática, diminuindo o calor das ruas.

4 USOS E TRANSFORMAÇÕES DO PARQUE SÓLON DE LUCENA

“A Democracia é o Governo Do Povo, Pelo Povo e Para o Povo”.
Abraham Lincoln
Discurso de Gettysburg

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

De acordo com Aguiar (1992), a Lagoa pertenceu aos Jesuítas na primeira metade do século XVIII, sendo uma fração do bairro do Montepio, hoje parque Sólón de Lucena, que tem no interior do mesmo uma enorme lagoa, antigamente conhecida como lagoa dos Irerês e, que tem esse nome da língua Tupy indígena, porque era assim chamado os marrecos que eram abundantes. Naquela época não havia as palmeiras imperiais e sua vegetação era nativa. Posteriormente, no século XX, seria substituída por árvores mais robustas e sombreiras que atenderia ao modelo paisagístico empregado pelas primeiras cidades projetadas urbanisticamente, com espécies nativas e exóticas.

De acordo com geógrafo Milton Santos (1982) a reprodução do espaço geográfico se dá a partir de quatro conceitos básicos, vistos de forma dialética: entre estrutura, processo, função e forma. Sem dúvidas para entender o que está acontecendo neste momento no Parque Sólón de Lucena, em que pese a inaceitável indiferença posta pelo poder público municipal aos que sobrevivem do uso daquele espaço, é básico recorrer aos processos evolutivos da totalidade social espacializadas a que estes são submetidos.

Em toda a história do Parque, desde o primeiro projeto urbanístico higienista, verificou-se outras intervenções urbanísticas que, através do tempo, transformaram a sua paisagem natural, dando novas características que mudaram a sua forma e função, urbana ao longo do tempo. Ver-se-á neste tópico algumas dessas intervenções e seus significados ao longo da história de nossa cidade para chegarmos na atual intervenção sendo realizada no Parque. Aguiar (1992) nos lembra ainda que foi no governo de Walfredo Guedes Pereira (1921- 1924), que foram plantadas as palmeiras imperiais e foi no governo Argemiro de Figueiredo (1935-1940), que se iniciou a caracterização do Parque Sólón de Lucena, o *parkway*.

A primeira intervenção urbana no entorno da lagoa ocorreu em 1928 e, posteriormente, em 1932, foi criado o projeto de um *parkway*, no Governo de Antenor

Navarro², o qual contratou o arquiteto e paisagista Nestor Figueiredo. Esse plano, por sua vez, só foi executado durante o governo de Argemiro de Figueiredo, de 1935 a 1940. Em 1939, deu-se a inauguração do Parque Sólon de Lucena e, um ano depois, no governo do prefeito Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, o paisagista Roberto Burle Marx foi contratado para uma nova fase de intervenções urbanísticas, conforme é visto abaixo, onde observa-se a presença de pequenas palmeiras plantadas no entorno do Parque.

Figura 2 - Lagoa após a primeira intervenção



Fonte: Humberto Nóbrega, 1928.

² Interventor estadual, designado pelo Presidente do Brasil Getúlio Vargas, para a Paraíba.

Figura 3 - Imagem aérea do Parque Sólon de Lucena



Fonte: IPHAEP, 1932.

Na referida figura acima, observa-se a pouca presença de prédios e pessoas caminhando nas ruas já formatadas paisagisticamente para a sua urbanização.

Figura 4 - Início das obras da Parkway: Av. Getúlio Vargas e Lagoa, ao fundo



Fonte: Gilberto Stuckert, 1938.

Por muitos anos, os principais acontecimentos da cidade e os encontros entre os cidadãos foram marcados no Parque Sólon de Lucena. O Parque era palco para manifestação ou festividades, sendo local de tragédia também. No dia 25 de agosto de 1975, quando se

comemorava a semana do exército, um barco do exército afundou no momento em que estava conduzindo mais de 150 pessoas, embora a sua capacidade fosse para 80. Morreram 35 pessoas sendo 29 crianças de classe baixa e que residiam próximo ou no mesmo bairro. O jornalista Gilvan de Brito estava no momento do desastre assistindo com seus filhos aos passeios que o barco fazia com as famílias, mas não teve coragem de participar por considerar arriscado, apesar dos apelos dos seus filhos, ainda crianças. Ele conta como assistiu ao pânico que se tornou aquele momento:

Era por volta de 17: 45hs, quando minutos depois da partida para um passeio que durava em média vinte minutos, o barco começou a afundar nas águas poluídas da Lagoa. O desespero tomou conta das pessoas a bordo e das centenas que não puderam embarcar e ficaram à espera de seus parentes. Ouviram os gritos desesperados por socorro sem nada poder fazer (BRITO 2011, p. 49).

De acordo com o jornalista, esta não foi a única vez que ocorreu tragédias na Lagoa. Segundo Brito (2011, p 49) “muitos morreram na lagoa, em várias épocas, por razões diversas, a maioria por suicídio”.

Outros momentos que também marcaram o Parque, em seu entorno, foi a existência de uma churrascaria construída nos anos sessenta, de nome Bambú, reduto da elite de nossa cidade, para encontros sociais. Era um local no qual os intelectuais daquela época frequentavam e realizavam entre eles grandes debates tanto na área da política como também na música, literatura, economia e poesia. O fim dessa churrascaria se deu devido a um bárbaro crime ocorrido, quando cinco jovens, filhos da elite local, mataram com requinte de crueldade um taxista, segundo o jornalista Otavio Sitônio Pinto³, “a troco de nada”, já que o mesmo teria se recusado a fazer um aluguel do carro ao grupo, no que eles agiram com violência, atirando contra o trabalhador. Apesar da repercussão popular, o crime ficou impune e todos foram absolvidos. Devido ao constrangimento impregnado à elite da época, o então prefeito Dorgival Terceiro Neto⁴, ordenou a destruição da churrascaria no dia 21 de novembro de 1971, abafando de vez aquele episódio criminoso.

³ Otavio Sitônio Pinto: jornalista e membro do IPHAEP, APL e ALAN.

⁴ Dorgival Terceiro Neto (1971-1974).

4. 2 A REMOÇÃO ATUAL DOS QUIOSQUES E BARRACAS

No dia 28 de julho de 2015, começou a demolição dos quiosques do Parque Sólon de Lucena sem resistência dos proprietários que tiveram apenas o papel de retirar de seus estabelecimentos os objetos que ainda restavam e carregá-los a um caminhão- baú que estava aguardando o carregamento, bem próximo do local. Entretanto, estivemos acompanhando e fotografando os momentos de demolição da primeira barraca instalada que oferecia para os frequentadores daquela área da cidade um lugar para refeições diárias. Foi um momento constrangedor para todos os que estavam presentes naquele momento, inclusive para os homens da própria prefeitura que tiveram a incumbência de trabalhar na demolição, pois, percebemos em seus semblantes a falta de animação para aquele trabalho. É possível inferir, desta feita, que eles, como pessoas que trabalham diariamente para garantir o seu sustento, sabiam que os barraqueiros, sendo trabalhadores iguais a eles, com família, precisavam daquilo para sobreviver. Na Figura 5, observa-se o momento em que a máquina retroescavadeira estava em ação.

Figura 5 - Demolição das primeiras barracas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Figura 6 - Ponto de ônibus no momento da derrubada das barracas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Antes do momento da derrubada, foi possível registrar também alguns comportamentos que remetem a indiferença, por parte dos transeuntes, diante da derrubada das barracas, conforme a Figura acima. Os que esperavam os ônibus nas proximidades das barracas, o fazem por questão de segurança contra furtos, visto que elas inibiam as ações de bandidos pela presença constante das pessoas fazendo lanches. Isso aponta para o fato de que muitos transeuntes e usuários do serviço das linhas do ônibus não têm nenhuma identidade ou sentimento de pertencimento com esse espaço urbano, embora, ao serem indagadas no local, a maioria reconheceu o papel do Parque em oferecer e disponibilizar serviços de alimentação e transporte, por ser um local estratégico para utilizar algum serviço no Centro, além das barracas e quiosques.

O Parque Sólon de Lucena simboliza, para muitos moradores que habitam ao seu redor, principalmente, os que moram ali desde a infância, um ambiente bucólico que sofreu mudanças ao longo do tempo, no antigo sítio, que de acordo com Aguiar (1992), pertenceu aos jesuítas na primeira metade do século XVIII. E essa fração do bairro do Montepio, hoje Parque Sólon de Lucena que tem no interior do mesmo uma enorme lagoa, antigamente conhecida como Lagoa dos Irerês, e que tem esse nome da língua Tupy, porque eram assim chamados os marrecos que eram abundantes nela à época. Não havia as palmeiras imperiais, sua vegetação era nativa, e seria substituída por árvores mais robustas e sombreadas, que atenderia ao modelo paisagístico empregado pelas primeiras cidades projetadas urbanisticamente, toda paisagem praticamente exótica.

Santos (1994, p. 26) faz sua definição da paisagem como artificial e natural ao dizer que: “a paisagem artificial é a paisagem

transformada pelo homem, enquanto podemos dizer que a paisagem natural é aquela que não mudada pelo esforço humano”.

Hoje, os prédios que rodeiam o Parque, possuem finalidades tanto comercial quanto de moradia, com o predomínio do primeiro. Várias lojas se destacaram na paisagem como loja de departamentos francesa, a Mesbla S.A, que encerrou sua atividade em João Pessoa em 1999, perfazendo 88 anos de atividade comercial no Brasil, depois de declarar falência, devido à instabilidade econômica que o Brasil atravessou depois da redemocratização nos anos de 1980. A loja vendia roupas e eletrodomésticos, predominantemente, e, sua instalação ficava no edifício Manuel Pires, onde hoje se situa a loja Esplanada, originária do Estado do Ceará que vende roupas, calçados, bolsas, relógios e tudo para cama, mesa e banho.

Em se tratando de moradias, a reprodução do capital, ativando o mercado imobiliário em direção às praias a partir dos anos de 1960, reconfigurou o uso residencial em comercial, quando as belas casas ao redor da Lagoa deram lugar aos pontos comerciais, restando hoje, poucas residências familiares. Existem, porém, alguns edifícios que absorveram os antigos moradores que optaram em continuar morando no entorno do Parque. São os edifícios Santa Rita, Lagoa Center, Caricé, Lagoa Park Hotel, que são, respectivamente, prédios de repartições públicas como o da Previdência Social e o Procon da Paraíba.

Lojas que se destacam no entorno da Lagoa, a saber: a Esplanada, C&A, Hiperbompreço, Insinuante, Casas Chang, Thiago Calçados, Armazém Paraíba, Laser Eletros, Casa Pio, Atacadão dos Eletrons, Banco Itaú, Banca Viña Del Mar, Laboratório Maurílio de Almeida, A Primavera e a Chinesinha. Não se pode deixar de citar também o Mercado Popular, conhecido como Centro Comercial de Passagem que se formou a partir de uma iniciativa do então Prefeito Ricardo Coutinho (2004-2010), para atender a carência dos antigos vendedores ambulantes de rua, que, depois de retirados das ruas do centro, foram acomodados neste espaço que fica na área externa ao Parque.

Em conversas informais com esses comerciantes, avaliamos que eles estão satisfeitos, organizados em um ponto fixo, pois, é um local bem movimentado devido à presença das paradas de ônibus, as quais produzem um fluxo contínuo de pessoas naquele local, nas proximidades de onde trabalhavam, nas ruas. Todas essas empresas comerciais que circundam o Parque, na área Norte da Lagoa, nosso objeto de estudo, incrementam ainda mais a importância desta área no Centro de João Pessoa tão cara aos pequenos comerciantes, aos vendedores ambulantes a que nos referimos neste trabalho de pesquisa e que foram removidos de seu local de trabalho.

Conforme foi visto anteriormente que o Parque possui uma grande variedade de árvores catalogadas e que fazem parte da política de preservação permanente, monitoradas pela Secretária de Meio Ambiente (SEMAM), em parceria com outros órgãos que, igualmente, são responsáveis pelo cuidado para com o Parque, a exemplo do IPHAEP. Como se verificou também, poucas ou nenhuma restaram da mata primitiva que antecedeu às primeiras intervenções no parque e hoje nos resta o consolo de, estando o mesmo numa área de mata atlântica, foi incluso no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa para garantir a sua preservação. Um aspecto de preocupação se deu por parte da população quando a prefeitura anunciou a remoção de árvores. Difícil acreditar, conforme reportagem de um jornal de grande circulação na região.

De acordo com Maia (2015), sete árvores ao todo foram cortadas, sendo três delas retiradas para que fosse possível o andamento das obras no Parque (Figura 7). O autor ainda continua ao enfatizar a idade das árvores que estão catalogadas como tendo menos de quarenta anos, portanto, eram muito jovens para serem cortadas caracterizando assim uma ação precipitada da Gestão mesmo com alegações duvidosas de que as árvores representavam riscos aos pedestres, ou por ocultar a falta de manejo com as árvores.

Figura 7 - Árvores cortadas para dar lugar à nova pista do BRT



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Diante disso, deve-se lembrar que os cortes das árvores precariza ainda mais a arborização do Parque, dado ao seu uso e ocupação pelos homens e os meios de transporte, trazendo sérios problemas ambientais. De acordo com Ribemboim (2012, p. 20):

O resultado da má qualidade ambiental das cidades resulta, inclusive, em diversas patologias, como doenças respiratórias, alergias, diarreias, e algumas de origem psicológica, decorrente de estresse e ansiedade típicos da 'vida moderna'.

Entretanto, os benefícios com a arborização são inúmeros, no dizer de Ramos (2009, p.198), as contribuições são: “o condicionamento térmico, purificação do ar, redução da poluição sonora e atmosférica, proteção contra os ventos, além da função paisagística e outros”.

Não se pode negar que a questão ambiental é um problema que implica na qualidade de vida da população e não é exagero dizer que o impacto negativo para os frequentadores do Parque são vários, e causam desgostos, levando muitos críticos da cidade, em redes sociais, apelidarem o atual gestor de “Prefeito Lenhador”, situação esta preocupante. Brito⁵ (2015) se posicionou contrário ao corte de árvores por considera-las a garantia de oxigenação do Parque, bem como, não foi confiável a justificativa dada a tal intento, considerando apenas uma verdadeira intenção movedora do ato, a de inserir uma terceira faixa asfáltica.

Mas, não foi somente o vereador que se indignou, e também toda população que usa o Parque. Segundo a TV Correio (2015), matéria divulgada, em 21 de julho de 2015, a população no geral mostrou indignação e revolta com tal arbitrariedade e o desconforto foi geral, pois, em local que antes havia sombra, o sol está castigando os transeuntes. Na mesma reportagem, anuncia que mais catorze árvores que, estão a sofrer desbloqueio para passar a extensão do corredor rápido e único para o *Bus Rapid Transit* (BRT), terão que sair em questão de dias, somando vinte e uma árvores adultas retiradas. De acordo com a SEMAM, restam agora 716 árvores no Parque, tendendo a diminuir de acordo com a necessidade do projeto, com predomínio de oitizeiro e ipê que, no Parque, são 123 no total, sendo 65 amarelos, 18 roxos e 40 cor-de-rosa, árvores essas que deixam o parque todo amarelo na primavera. Acácias, pau-brasil e as imponentes palmeiras imperiais. Não obstante, na área onde os pedestres mais circulam e se concentram, é que se deu a retirada das árvores.

Tudo do que foi apresentado acima, geram questionamentos sobre essa forma de administrar. Será que não caberia um planejamento com diferentes setores da sociedade e uma gestão em que houvesse mais participação de diferentes atores sociais? Talvez esse tivesse sido o melhor caminho.

Em conversa informal com os comerciantes da área, para eles ficaria mais barato se a prefeitura fizesse manutenção em parceria com os ambulantes para conserto das calçadas, bancos, respeitando assim o meio ambiente. Uma parceria com a sociedade resolveria em muito os problemas do Parque, de modo que manteria o local apto para continuar funcionando, reordenando as atividades de comércio, melhorando a infraestrutura para os

⁵ Representante do Poder Legislativo Municipal.

transeuntes, sem desmerecer ninguém. Contudo até o período da pesquisa, não está visível ainda os rumos que a prefeitura pretende ter quando a questão em tela, visto que o seu projeto publicitário na mídia já sofreu várias alterações, inclusive quanto à previsão de entrega, que não conseguiram cumprir uma etapa sequer.

Como a atual reforma do Parque ainda está em andamento, a cada momento surge um fato novo que merece uma reflexão. Segundo Martins (2015), a obra se encontrava travada devido à falta de repasse dos recursos por parte do Ministério das Cidades e só retomaria em 2016. E continua, a justificativa é a crise econômica do país e mais uma vez chamamos a atenção para o problema recorrente da Prefeitura em fazer licitação e assinar a ordem de serviço, prometer a obra como pronta e acabada em um determinado prazo, mas sem a dotação orçamentária garantida.

É importante destacar que o Centro, onde se localiza o Parque, quando não está em seu horário comercial esconde outra realidade. Diminui bastante a quantidade de transeuntes. Passear pelo centro comercial passa a ser perigoso, visto que não há segurança pública que ofereça condições contra o assédio dos bandidos aos andantes, em particular, no Parque. As pessoas que eventualmente passeiam neste espaço, em muitos casos, tem probabilidade maior de serem assaltadas, inclusive nas paradas de ônibus dos anéis externo do Parque. Martins (2015) enfatiza sobre os riscos de assalto na Lagoa. A retirada dos quiosques do referido local diminuirá o movimento e os frequentadores temem aumento da violência.

Como resultado, foi possível perceber o pessimismo dos vendedores ambulantes e eventuais instalados na ala norte do parque Sólon de Lucena em relação aos seus futuros como comerciantes do local. Observou-se um verdadeiro mal-estar por causa da indefinição das suas permanências naquela área. Um dos ambulantes do Parque Sólon de Lucena, e membro da Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Parque Sólon de Lucena (ACAPSL), fala que mesmo havendo uma grande intervenção no Parque, pela primeira vez após a criação do mesmo, nenhum comerciante foi procurado pela Prefeitura Municipal para resolver o futuro das barracas onde eles comercializam, haja vista que, não está claro se haverá algum tipo de comércio igual ao dele. Tal postura difere de gestões anteriores ao realizarem alguma reforma no Parque, pois tinham atitudes diferentes na condução de projetos dessa natureza. Sempre marcavam reuniões com todos eles, mas o que acontece na gestão atual é um fosso entre os vendedores ambulantes e a Prefeitura.

Ninguém sabe o que vai acontecer daqui para frente e os ambulantes fazem duras críticas a administração municipal, pois, acredita que será mais uma das excentricidades políticas, e não acreditam que a atual gestão terminará essa reforma antes do fim do seu

mandato. Os ambulantes tiveram acesso ao projeto pela revista produzida pelo setor de publicidade da Prefeitura, em que mostrava uma maquete futurista conforme figura que se segue. E, na descrição da revista, a obra teria as seguintes características: nos itens esporte e lazer teria quadra poliesportiva, quadra de vôlei de praia, apoio das quadras, pista de *cooper*, ciclovia, local para aluguel de bicicletas, aparelhos de ginástica, ala para crianças, áreas gramadas para atividades ao ar livre (como ginástica e ioga), mesas e bancos (para jogos de xadrez e damas), pedalinho, caiaques e trapiche, apoio para pedalinho, caiaques e mirante (para a lagoa).

Figura 8– Ilustração do projeto de reurbanização do Parque Sólon de Lucena



Fonte: Revista Viva a Cidade, 2014

No quesito equipamentos, teria: banheiros femininos, quiosques de apoio (para venda de água de coco, refrigerantes e sucos), ambientes para administração do parque, área para comércio de artesanato, quiosque de informação, posto policial, estacionamentos e terminal de transportes coletivos. Vemos que, na maquete, apesar de mencionar os atuais proprietários das barracas, não se verifica que local eles ocupariam e, pelo que se observa, o Parque seria administrado pela própria prefeitura municipal, como se faz, por exemplo, no parque Arruda Câmara, dá para supor que, para fazer tudo o que está proposto pela Prefeitura, seria necessário de pelo menos três áreas do tamanho do próprio parque.

Em conversa informal, teve até ambulante que fez um projeto e enviou à Prefeitura sem as utopias o projeto atual, mas ficaria bem interessante por ser mais realista. De início, a sugestão seria tampar todos os buracos existentes nas calçadas para evitar os acidentes corriqueiros, revitalizar os bancos que também estão em mau estado de conservação, bem como todo o Parque se encontra em situação de abandono, sem falar numa erosão no terreno

próxima barraca conforme a figura abaixo, tudo isso piora nas horas de pico, no comércio da manhã, no meio dia e no final da tarde.

Figura 9 – Ravinamento próximo ao quiosque



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Dos primeiros proprietários de barracas na Lagoa, são pouquíssimos os que ficaram até hoje, na verdade somente restou um da primeira leva de ambulantes que se instalou no Parque. Por isso, é possível lembra da primeira barraquinha de madeira no final dos anos 1980, quando, nessa época, não havia problemas de ordenamento urbano como atualmente existe na legislação municipal. Nos anos 1990, houve um cadastramento feito pela Prefeitura e a exigência de adotar um modelo de barraca de ferro, tipo fiteiro, fabricado pela fábrica de nome "FORTEX".

No final dos anos 1990, após um diálogo do gestor da época com todos os ambulantes e depois de vários acordos, foi decidido que as barraquinhas de ferro se fundiriam e tornar-se-iam quiosques que, ao todo, foram dez quiosques, cada um contemplado com quatro barracas padronizadas, perfazendo no total quarenta barracas, além de dois banheiros, para servir aos próprios contemplados e aos clientes destes. A partir disso, todos sentiram o renascer de tranquilidade, conforme relato, ainda com muita lembrança destes tempos, denominado de “uma reforma espetacular”, feita na gestão de 2005 a 2010, em que o Prefeito à época fez a troca do teto das barracas onde deixou de ser de palha para ter um material ecológico em sua constituição, deixando de oferecer risco fácil de incêndio, visto já ter havido em uma das barracas.

Em outro momento, foi possível ter acesso à ACAPSL em que também demonstrou preocupação quanto ao futuro dos comerciantes no Parque Sólon de Lucena. Em suas falas disse que, por diversas vezes, procurou o então secretário de Desenvolvimento Urbano, à

época, para tratar do futuro de todos os donos de comércio no Parque e, este afirmou que de acordo com o projeto, os comerciantes simplesmente não estavam inclusos na nova configuração do Parque e que procurassem um novo local para se instalar, por conta própria. Situação preocupante, pois mais de duzentas pessoas – direta e indiretamente – sobrevivem das vendas dentro do Parque, sem falar os fornecedores de mercadorias que abastecem os comerciantes para a revenda. Existem ainda os ambulantes eventuais que, no cair da tarde, dirigem-se ao parque para vender seus produtos que, variam desde alimentos prontos na hora como tapioca, milhos, laranjas descascadas na hora, pitombas, maçãs, cocos verdes, caldo de cana, seriguela, castanhas assadas, kiwi, churros, bananas, pipocas, guaraná, bombons, água mineral e muito mais, além de itens de uso pessoal como guarda chuvas, roupas, cinto, calçados, chapéus, relógios, bijuterias e tudo o que se pode imaginar.

A ACAPSL também percebeu que o Prefeito atual não é de diálogo, e sim de gabinete e deixa a cabo dos seus auxiliares o destino da cidade. E faz o seguinte questionamento: "Qual é o prefeito que deixa de arrecadar mais de 100 mil reais por mês de um estacionamento como esse aqui da lagoa, já fez quatro meses que este aqui foi fechado, e pelo que me parece, não vai abrir tão cedo novamente" e ainda disse, "neste momento ninguém está trabalhando nesta reforma e tenho certeza que continuará assim até o fim do seu mandato, nenhum prefeito conseguiu ser tão atrapalhado quanto este".

Para uma melhor abrangência da pesquisa, também ouvimos outro ator dependente deste espaço, um ambulante eventual que ocupa aquele espaço com sua barraca durante o dia e depois recolhe ao anoitecer para guardá-la em algum local de "dormida", um galpão próximo do local, no entorno do parque que é reservado para esses ambulantes que pagam um pequeno aluguel ao dono do estabelecimento e, no dia seguinte, volta para o mesmo local definido como seu lugar de vendas. Seu ponto fica ao redor das paradas de ônibus que circulará a Lagoa pelo BRT⁶. Há ambulante eventual que comercializa há mais de dezessete anos no Parque e revelou seu pessimismo em relação ao que vai acontecer com ele e os demais comerciantes que sobrevivem daquele pequeno comércio que, segundo afirma, “a Prefeitura desde que cadastrou os ambulantes, sempre cobrou de todos pelo uso e ocupação, uma taxa mensal para eles se estabelecerem ali, mas após o início da reforma, não entregaram mais o carnê para recolher a referida taxa”.

Existe um forte comprometimento da relação de confiança na gestão por parte dos ambulantes quanto à eficácia e eficiência do projeto, bem como sua conclusão. É visível o

⁶ BRT: faixa exclusiva para ônibus de passageiros.

abatimento de todos aqueles que se sustentam desse comércio. Outra reclamação é que não se fala na inclusão deles no projeto atual do Parque. Algumas questões os inquietavam principalmente, ao que tange sobre certos barraqueiros donos de quiosque no Parque que, segundo falam, não são os verdadeiros donos dos quiosques, mas, eles sublocam o espaço aos verdadeiros donos para continuar comercializando. Outros, conforme foi expresso, são funcionários públicos e não poderiam, sequer, possuir barraca no Parque, por ser contra a lei. Ele acredita que "essa falta de união enfraquece o poder de diálogo com a Prefeitura, e pode está aí a resposta para o distanciamento e a não inclusão nossa no projeto.

Outro que sobrevivente do local de venda diz que trabalha neste ramo há mais de quarenta anos. Criou seus filhos com a venda desse tipo de alimento muito apreciado por aqueles que transitam por ali. Ele disse que muitos dos seus clientes têm como hábito tomar o café da manhã com tapioca de diversos sabores na sua barraca, antes de irem para o trabalho, sendo ele, hoje, muito conhecido. Mas também lamenta muito ter que sair para outro local, o que, para ele, vai diminuir e muito a sua renda, conforme relatou: “Nenhum outro lugar será igual aqui, sinto muito pois tudo vai ser diferente a partir de agora, só tenho isso aqui como fonte de renda, isso não se faz com um pai de família, ninguém foi tão ruim para nós como esse prefeito, acabou”

Ele até recebeu uma indicação para ficar dentro da integração dos ônibus, mas, rejeitou por sentir que as pessoas que usam a integração não são potenciais consumidores de tapiocas, pois, elas já saem do ônibus direto para pegar o próximo que chega e não lhes daria tempo para consumir tapioca. Outro lugar que foi oferecido a ele foi ao lado de um prédio na rua General Osório. Quando ele estava bem animado e começou a se instalar, foi terminantemente proibido, visto que aquele prédio foi indicado pela prefeitura para ser tombado pelo IPHAEP, assim, portanto, não podia jamais existir uma atividade desta funcionando colado a sua parede.

Outro aspecto que foi possível de observar na análise dos dados é a Prefeitura deixou de recolher o imposto de todos os que trabalham de ambulante no parque desde janeiro: “Nós pagava 240 reais por mês e o carnê era deixado por agentes da prefeitura, só que desde janeiro desse ano os credores não vieram mais, e a gente não sabe o que vai acontecer”. Contudo, há uma lamentação que, por causa do fechamento do estacionamento, o movimento de clientes que se alimentavam caiu muito, “Parece que foi tudo orquestrado para minar conosco, hoje em dia tá difícil até estar em dia com os fornecedores, depois disso, dessa reforma, estamos passando por privações, acabou a bonança dos dias anteriores à reforma” e acrescentou: “quiseram conversar com a gente para indenizar com 100 mil reais, não aceitamos e eles

sumiram, mas é muito pouco, como iniciar novamente um negócio aos 60 anos de idade? Ninguém nos empregaria mais para trabalhar em firma alguma”.

Ao considerar que o Código de Postura (JOÃO PESSOA, 1996, grifo nosso) prevê essa indenização no seu art.81º, parágrafo § 5º, diz que: § 5º As obras realizadas em logradouros públicos que causem danos ou desvalorizem bens particulares, somente poderão ser executadas com o pagamento de indenização aos respectivos proprietários, do mesmo modo que serão cobradas contribuições de melhoria, quando as obras públicas valorizarem bens particulares. De acordo com o Código, a prefeitura cumpriu com o seu dever fazendo uma proposta de indenizar os comerciantes, não obstante, não houve negociação.

E para finalizar a amostragem, participou da pesquisa um ambulante dono de três barracas Parque Sólon de Lucena. Começou com um fiteiro, antigo modelo de barraco coberto com zinco e que hoje são chamados de eventuais. Conforme o que foi verbalizado, tudo o que tinha investiu no seu quiosque, foi fruto de uma vida de trabalho em São Paulo. Desde 1987 comercializa no Parque e agora não sabe o que fazer após a retirada dos quiosques do parque Sólon de Lucena.

Ele nos revelou que possui treze funcionários e aposta ser o único a cumprir com os deveres trabalhistas de todos os que possuem comércio no parque Sólon de Lucena. Foi dito também que recebeu os fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e eles não encontraram nenhuma irregularidade nos documentos requeridos e apresentados. O que mostra o que foi dito anteriormente sobre a desunião da categoria, pois considera que a denuncia por inveja e partiu de outros proprietários de barracas. Seus clientes potenciais são os comerciários, mas, com o fechamento do estacionamento o movimento foi reduzido e o seu lucro caiu um pouco.

Outra informação que emergiu na pesquisa foi que um referido dono da barraca entrou com liminares⁷ e não logrou êxito para impedir que a sua fosse destruída, com uma agravante, pois perdeu toda mercadoria, equipamentos e instrumentos danificados.

De acordo com Martins (2015), apesar de algumas barracas já terem sido derrubadas, foi feito um acordo entre a PMJP e os comerciantes que prorrogaram sua saída, visto que a PMJP não conseguiu um lugar para realocá-los e diz que: [...] “os comerciantes serão realocados para mercados públicos, praças, shoppings populares e terminal de integração [...]”. Isso significa que terão que ir para outras localidades na cidade e não fica claro se houve

⁷ Liminar: a medida liminar é a decisão que analisa um pedido urgente. É uma decisão precária, uma vez que a medida pode ser revogada e o direito sob análise pode ou não ser reconhecido no julgamento de mérito da causa. Tem como requisito o “*fumus bonis juris*” (quando há fundamentos jurídicos aceitáveis) e o *periculum in mora*” (quando a demora da decisão causar prejuízos).

planejamento adequado para essas ações, bem como, não se sabe se isso é mais uma ação emergencial sem o devido planejamento.

Os ambulantes estranharam o fato de que os presidentes da Associação tiveram o privilégio em escolher um local que lhe conviessem, e segundo rumores, foi um acordo deles com a Prefeitura desde que não obstaculizassem a saída das barracas. O mais intrigante ainda é que ambos foram beneficiados com esse suposto acordo, estando instalados na sede da Prefeitura em Água Fria. Local inimaginável para os demais, por ser bem localizado, seguro e bem movimentado por se tratar de um conglomerado de secretarias muito frequentado pela população pessoense para resolver problemas diversos. Trata-se de uma área lucrativa, onde dificilmente alguns deles conseguiriam adquirir se não fosse dessa suposta maneira.

A ida à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) foi para melhor conhecer o projeto e as etapas da intervenção urbanística que, eventualmente, poderá ocorrer no Parque Sólon de Lucena, mas, no momento da pesquisa, encontrava-se parada, provavelmente por falta de provisão orçamentária da prefeitura, conforme deixou a entender a entrevista realizada com um dos membros que faz parte da comissão do planejamento da SEPLAN e, parece conhecer muito bem todos os detalhes do projeto. Assim a assessoria de gabinete respondeu as seguintes questões abaixo descritas:

Com a reforma no parque Sólon de Lucena, qual a alternativa que a prefeitura tem para os proprietários de quiosques e ambulantes que atualmente estão ocupando aquele espaço?

“O projeto está no IPHAEP, em avaliação e pode sofrer alterações, vai passar por uma licitação” [...] “em relação aos quiosques todos os ambulantes já foram ouvidos” (conforme observamos os ambulantes negam que foram procurados pela prefeitura) “e alguns serão removidos de lá, do parque” [...] “a Prefeitura já está disponibilizando outro espaço para eles, pois notadamente não cabe todo mundo” e finalizou: “num parque isso é natural e aqueles contemplados em sorteio, receberão os quiosques construídos pela própria prefeitura para eles, tudo está sendo bem trabalhado”.

Existe alguma possibilidade de os que ocupam aquele espaço público, serem indenizados para sair de lá do parque?

Não, pois os que não ficarem lá serão relocados em uma outra área cedida pela Prefeitura, portanto não haverá indenização” [...] “tudo isso foi decidido em reunião com os ambulantes, e tudo isso que eu estou lhe dizendo se encontra no projeto apresentado pela prefeitura”.

A reforma que a prefeitura apresentou na mídia, com equipamentos necessários ao lazer, vai acontecer? Ou o projeto foi modificado por ser tombado pelo IPHAEP, conforme o decreto 8. 653 de 1980?

“Vai acontecer, os equipamentos, que também está no projeto deverá ser preservado pelo IPHAEP, então teremos as praças de jogos, a praça dos namorados e cada área no parque terá um nome diferenciado”, e completou: “olhe no *site* do Wscom e verá que o prefeito está em Brasília para garantir mais recursos, mais aditivos, para gastar na reforma do parque”.

Sabemos que aquele espaço é antes de tudo, público, unidade de conservação e tombado pelos órgãos que defendem a sua preservação. Qual o olhar da Prefeitura neste sentido? Conciliar com o social? Visto que várias famílias dependem dali para sobreviver, ou ser rigoroso em obedecer à lei que obriga a prefeitura a cuidar daquele parque, que é de interesse para a conservação?

“Justamente por ser um espaço público e ser de responsabilidade da prefeitura, naturalmente, tem que haver um ordenamento, pois existem pessoas sobrevivendo dali, isso é o social, existe toda uma preocupação do prefeito Luciano com essas pessoas, aqueles que serão contemplados no projeto, terão que se subjugam ao reordenamento do novo parque, tudo o que será vendido, como alimentos, passará por um controle de qualidade e sanitário de acordo com as normas da ANVISA⁸ e tudo isso também está no projeto”.

⁸ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Órgão federal que fiscaliza a qualidade dos alimentos, medicamentos, etc.

Ao analisar os dados, percebe-se conflitos de interesses entre os vendedores ambulantes e os eventuais que estão instalados no Parque Sólon de Lucena. Entre eles e a Prefeitura Municipal que, por sua vez, por lei, tem o dever de cuidar do espaço público em questão. Quanto ao fato de ser uma área de conservação, pelo caráter histórico e paisagístico, não houve resposta. O projeto foi citado várias vezes, mas, até agora o que se divulga é uma maquete.

4. 3 INÍCIO DA REFORMA DA LAGOA: Assinatura e Publicidade da Obra

Muito embora haja uma intenção de início das obras no Parque, vale ressaltar que existe todo um clima de incerteza que envolve o projeto, a começar pela falta de posicionamento dos órgãos competentes - IPHAEP, o Conselho de Proteção dos Bens Culturais (CONPEC), a SEMAM e o IPHAN - para se discutir a viabilidade da reforma visto que, necessariamente, somente esses órgãos têm a tutela do Parque por causa do seu tombamento como patrimônio histórico. Outro ponto nebuloso ainda, quiçá o mais grave, é a falta de provisão orçamentária para o término da obra.

Diante do exposto e, para mostrar o quadro atual da Lagoa, Meireles (2015) fala que o Ministério Público determinou que a PMJP tem 48h para apresentar o projeto. Caso contrário o promotor vai ajuizar uma ação civil pública. Segundo o promotor “a Lagoa, que é o cartão postal de João Pessoa, hoje é um buraco no meio da cidade, escavado, destruído e que ninguém sabe como vai terminar”.

O autor prossegue ainda ao afirmar que o único projeto aprovado competia o desassoreamento da Lagoa, enquanto que as demais fases eram desconhecidas. Uma audiência foi agendada com a PMJP para que fizesse a apresentação, contudo, após ter sido adiada três vezes mesmo assim o Projeto não apresentado na data aprazada. O promotor considerou grave a omissão das informações e prometeu uma ação civil para punir criminalmente os responsáveis pela omissão, a pena pode ser de um a três anos de reclusão, mais multa. Garantiu ele.

Na ilustração 10, abaixo, pode visualizar a placa de início das obras. Nela, vemos o valor total da obra e as datas de início e término da obra. Esta última já venceu.

Figura 10 – Placa informando o valor, data de início e conclusão da obra



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Ao observar a área, percebe-se a necessidade da intervenção do poder público no local, visto que se constata a falta de cuidado com o Parque, bem como a sua preservação por parte daqueles que sobrevivem de suas vendas naquele local e das pessoas que utilizam aquele espaço como caminho diariamente, visto que, descartam suas embalagens depois de usadas dentro do Parque, acumulando entulhos o tempo todo e às vezes quando chove são levados para dentro da Lagoa.

Como consequência, houve uma grande quantidade de detritos retirados da lagoa. A prefeitura diz que retirou cerca de 300 toneladas de resíduos, conforme noticiários. Foram: tvs, sofás, geladeiras, bicicletas, móveis antigos, pneus, garrafas plásticas, fogões, e pasmem, uma esteira ergométrica, uma infinidade de outros tipos de lixos jogado principalmente por aqueles que estão instalados no parque. Foi visto também banco destinado ao assento das pessoas completamente destruído conforme figura abaixo:

Figura 11 – Banco do Parque totalmente destruído



Fonte: Dados da Pesquisa,2015

Sabe-se que o uso e ocupação da região norte do Parque Sólon de Lucena que é feito pelos donos de estabelecimentos comerciais, seja nos quiosques, barraquinhas ou eventuais informais é feito, de forma insalubre e, nessa perspectiva, não se observa os cuidados sanitários recomendado pela ANVISA. Além do mais, estes estabelecimentos, à noite, tornam-se pontos de bebedeiras, prostituição, uso de drogas, furtos e a presença de pessoas maltrapilhas que se agrupam neste local, causando desconforto e insegurança para aqueles que usam as paradas de ônibus como local para espera depois de um dia de trabalho.

No entanto, é conferido ao poder público de acordo com a Lei Orgânica fazer qualquer intervenção planejada, que suplantar o interesse privado. No artigo 6º, podemos constatar outras competências do poder público municipal. No inciso I, lemos: [...] conservar o patrimônio público [...]. Em passeio pelo parque o que observa é a total falta de manutenção na infraestrutura, onde se vê as calçadas todas arrebentadas, esburacadas, conforme ilustrações a seguir:

Figura 12 – Calçadas do Parque Sólon de Lucena quebrada em várias partes



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Conforme constatamos nas ilustrações acima, vem ocorrendo, desde as administrações anteriores que, a manutenção das calçadas e bancos, quase nunca aconteceu e constatou-se ainda que as manutenções são feitas pelos próprios comerciantes através da ACAPSL e com recursos próprios. Além do mais, o tráfego para os cadeirantes tem que ser calculado uma vez que a maioria das calçadas se esta esburacada ou em péssimo estado de conservação.

Se o Plano Diretor, em seu artigo 24º, inciso [...] IV, prevê a recuperação e livre desimpedimento das vias para circulação de pedestres, por parte do poder público, observamos que o inciso acima não é praticado pelo poder público municipal, visto que as ruas do centro, além de estarem malconservadas, cheias de buracos, estão tomadas por vendedores ambulantes informais que são cadastrados pela prefeitura e que não são cadastrados.

Em gestões anteriores do prefeito Cicero Lucena e Ricardo Coutinho houve a saída total dos ambulantes. Dezenas de barracas, carrinhos de mercadorias, carrinhos de frutas, todos deixaram de impedir as vias de circulação dos pedestres. Mas, a gestão atual deixou que todos voltassem a obstruir as ruas. Uma iniciativa populista do prefeito, pelo menos é que mostrar, fere o Art 24º do plano diretor, uma vez que o Centro fica cada vez mais prejudicado e menos atraente para aqueles que querem mais facilidade na hora de andar nas ruas.

Sabemos que o Centro, símbolo da cidade, ainda é um aglutinador centrípeto de todos os bairros e muito frequentado pela população que, na sua maioria, necessitam resolver assuntos particulares, seja para ir a alguma clínica, seja para ir ao trabalho em alguma repartição pública, seja para trabalhar no comércio, seja para comprar no comércio ou apenas para

passar pelo centro histórico que tem uma rica coleção de casarões que remontam à própria formação do bairro.

No momento atual, o Parque passa por uma reforma que pretende fazer uma intervenção urbanística jamais vista na história e, se houver a reforma como é mostrado na mídia, leva-se a se deduzir que os países desenvolvidos vão querer copiar o modelo nos seus “obsoletos” parques, de acordo com as propagandas dos meios de comunicação local e até de abrangência estadual. Isso é o que promete o poder público municipal atual, na atual gestão municipal. O que se estuda nesta pesquisa não é a intervenção urbanística, mas, os impactos na vida dos que ali transitam e trabalham.

Figura 13 – Barras de vendedores eventuais no anel interno do Parque



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

A Prefeitura alega a busca de revitalizar uma área de lazer destinada às famílias pessoense, mas, consideramos que essa é uma pretensão duvidosa, pois, se observarmos as praças já existentes no Centro, estão todas vazias nos finais de semana, porque não há segurança pública e as pessoas têm medo dos delinquentes sempre presentes naqueles locais, colocando em risco aqueles desavisados que passam sem dimensionar os riscos e os altos índices de furtos.

Martins (2015, p. 3) faz a seguinte colocação sobre essa insegurança depois que os quiosques foram destruídos:

A saída dos quiosques da lagoa preocupa as pessoas que tem de transitar na área para ir ao trabalho ou fazer compras. Sem os “ pontos de apoio” fica mais evidente a insegurança no parque, que hoje passa por reforma. “Em alguns horários, principalmente a partir do entardecer, aumentam o medo do povo”.

Para reforçar e contextualizar o tema sobre insegurança o referente autor diz:

Os espaços públicos, associados, crescentemente, a locais perigosos e desprotegidos, vão se tornando, muitas vezes, menos frequentados (com exceção daqueles que também passam a dispor de dispositivos de segurança, como certos parques e certas praças), e o comércio vai se concentrando em shopping centers, visto pela classe média como uma alternativa muito mais confortável e segura para se fazerem compras e se divertir que os subcentros tradicionais e os logradouros públicos” (SOUZA, 2011, p. 91)

Se o Parque Sólon de Lucena for construído com todos estes equipamentos e o poder público não tiver a preocupação de salvaguardar a segurança dos prováveis visitantes, nada adiantará ter destruído os quiosques e barracas dos que trabalhavam nesse espaço para o sustento das suas famílias, mesmo que a prefeitura tenha todo o poder de acordo com as leis que consideramos neste estudo.

O poder municipal deveria ter tido mais sensibilidade social para com esses sobreviventes de toda a sorte de improváveis medidas governamentais tanto no plano federal, estadual e, sobretudo, municipal. Sabe-se, mediante eventos históricos que, na política brasileira, os políticos que sucedem outro em mandatos eletivos, não têm o costume de dar continuidade às obras que foram executadas pelo seu antecessor. Então, sabe-se que este projeto faraônico e descabido, no momento, estará fadado ao abandono se mantiver esta prática política insidiosa.

Conversando com um dos moradores do edifício Caricé, que tem a vista para o Parque Sólon de Lucena e mora há 37 anos neste prédio, informou já ter assistido a vários eventos no Parque, desde acidentes que envolveram veículos adentrando à Lagoa até suicídios, como também intervenções que modificaram a paisagem do Parque, manifestações políticas e trabalhistas, estudantis, greves e parques de diversão instalados. Ele recorda de uma época em que o Parque era o ponto de encontro preferido das famílias, shows de artistas locais e nacionais. Lembranças do tempo de criança também emergiram com muita saudade dos momentos em que brincava naquele ambiente de outrora, tranquilo, sem tanto tráfego de veículos como hoje, dava até para jogar bola nas ruas próximas sem medo de ser atropelado.

Ele também falou que com o surgimento das barraquinhas dos quiosques muitos moradores do Caricé e de outros edifícios vizinhos ao dele passaram a comprar alimentos, como o café da manhã, almoço e o jantar, por ser mais prático do que fazer em casa e ele mesmo até se servia desses serviços e tem um lugar certo para comprar suas refeições. Disse também que, com a saída das barracas terá que procurar outro lugar para se servir, mas, ficará

mais distante e difícil de encontrar igual ao atual. Segundo ele, no Parque atual se vende de tudo e é possível comprar tudo desde alimento, roupas, frutas, verduras e a um preço bem mais acessível.

Alguns vendedores vêm do mercado central que fica próximo ao parque, mas, depois dessa reforma vai ser complicado encontrar as mesmas coisas. Ele acha que com a saída das barracas, o Parque vai ficar muito esquisito, pois, pelo projeto, terá funcionamento diurno e “que a noite ficará arriscado caminhar pelo parque com meus filhos, como faço atualmente”, e continuou: “nunca tinha visto nada tão sem nexo como essa reforma, a bandidagem já domina aqui no centro e vai ficar muito pior, ” concluiu seu Roberto.

Outro antigo morador que conhece o parque como ninguém, compartilhou que quando ele nasceu em 1953 os seus pais já moravam e, ainda moram, no entorno do parque, ao lado do Liceu Paraibano. Ele lembra com muita saudade da sua infância e adolescência e de como foi seu convívio no Parque, só saindo dali depois de casado e hoje é advogado e auditor do Fisco, mas, os bons momentos de sua juventude o fazem sorrir de saudade. Ele lembra que o parque era bem frequentado por todos os jovens da cidade e os banquinhos estavam sempre cheios deles, sendo o local conhecido como “quem me quer”, visto que a paquera “rolava solta”. Muitos que contraíram matrimônios iniciaram a partir daquele local um namoro e ele mesmo começou a paquerar sua esposa atual, neste cenário de amizades e flertes.

Segundo relatos, ele disse ainda que no início, o Cassino da Lagoa era conhecido pelas letras C.E.U, que significa Comunidade Estudantil Universitária, por ser seus frequentadores, na sua maioria, de alunos e professores universitários e estavam sempre discutindo assuntos ligados à área acadêmica, bem efervescente nesta época, em que o Brasil passava por um momento político muito tenso, do regime militar, atraindo as pessoas intelectualizadas para debater, dentre outros, assuntos políticos que ele, ainda garoto, só observava.

Ele tem lembrança do crime na Churrascaria Bambu e conhecia os acusados, de vista. Boa parte deles morava nos arredores do Parque ou em ruas adjacentes, sendo um deles filho de um deputado muito influente na época. Essa época, segundo ele, havia uma segregação social, os jovens ricos não se misturavam aos pobres, cada um conhecia seu espaço, do tipo, quem era rico e estudava em escolas tradicionais não se misturava aos das escolas públicas.

Ao se arguido sobre o que achava da retirada dos quiosques e barraquinhas da Lagoa ele disse que era contra, visto que a presença dessas pessoas ali vendendo, torna o local mais movimentado e o ambiente menos suscetível a pequenos furtos, que a sua presença inibe mais essa pratica de crime, “precisaria só de manejo, cuidado e conservação do patrimônio ao invés de tirá-los de lá, eles precisam de lá para sobreviver, eles já tem uma rotina e vai ser difícil

recomeçar em outro lugar, é muito arbitrário o que estão fazendo com esses coitados”, concluiu seu Augusto.

Houve também a oportunidade de conversar com outro morador, sertanejo nascido em Catolé do Rocha, que possui um apartamento há trinta anos no edifício Manoel Pires, um prédio construído para ser comercial no térreo e residencial a partir do primeiro andar e que possui uma linda vista do Parque Sólon de Lucena. Ele decidiu morar no sertão por encontrar o sossego que, segundo ele, não encontra aqui na capital, pois, ele acha arriscado caminhar à noite pelo já sofreu um assalto e junto com a família decidiu se fixar lá no sertão.

O participante da pesquisa ainda mantém o apartamento porque seu filho estuda medicina e, eventualmente, vem à Capital. Para ele, depois da saída dos ambulantes o local ficará mais deserto, e lamentou que esses trabalhadores perdessem sua única fonte de renda para poder sobreviver, “Vi pessoas que conhecia a décadas sair sem direito de nada, agora estão por conta do leu, muitos estão passando necessidades, esse prefeito não tem coração”, concluiu. Ele disse que usava os serviços de alimentação oferecidos pelos quiosques e também gostava de tomar uma cervejinha, mas agora além da insegurança não terá mais a venda de cerveja nas barracas apresentadas no projeto da prefeitura.

Finalmente, o tão indesejado momento para os que ainda resistiam em ficar no local e tinham esperanças numa possível mudança de planos, foi por água abaixo, conforme Martins (2015), em sua manchete que dizia o seguinte: “Lagoa sem os quiosques até amanhã. Secretaria de Desenvolvimento Urbano inicia retirada de comerciantes para implantar novo projeto”. E acrescenta que: “todos os quiosques localizados no Parque Sólon de Lucena, no centro de João Pessoa, serão demolidos”. Em seguida, a SEDURB iniciou a retirada dos comerciantes do local para que possa ser aplicado o projeto de revitalização e recuperação da área. Ainda, segundo o jornal, na área trabalhavam quarenta quiosqueiros e vinte e um carrinhos ou barracas de lanches que foram relocados para praças, mercados públicos e unidades de saúde na Capital.

Não se pode deixar de frisar que, a retirada das barracas, ocorreu de forma autoritária, acintosa e desproposita, sem um estudo de impacto social, visto que alguns desses trabalhadores estão sendo realocados à locais longínquos, sem condizer com a mesma acessibilidade ao Centro, pois, já estavam territorializadas.

Essas pessoas que agora estão despejadas do Parque, que deixaram os pontos de sobrevivência para ir se aventurar e recomeçar em outro lugar sem a mesma movimentação daquele de outrora, certamente farão parte do exército de desempregados. De acordo com o *site* G1 Paraíba, o Estado perdeu 16,2 mil vagas de emprego em sete meses, no período de

doze meses (de julho de 2014 a julho de 2015) e foram fechadas 2.685 vagas de trabalho, diz o MTE⁹.

Somente em julho de 2015, foram 2,6 mil postos de emprego fechados. O resultado do mês é o pior da série histórica do Estado iniciada em 2003. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados (CAGED). Embora estes dados se refiram ao desemprego conjuntural que, conforme vimos anteriormente, é uma crise momentânea política ou econômica, as pessoas que foram obrigadas a sair do Parque Sólon de Lucena, serão representadas nestes números do CAGED e, enquanto estiverem sem emprego, não terão outra saída a não ser permanecer na economia informal que, como sabemos e vimos anteriormente, é uma atividade laboral legalizada pela Legislação Municipal.

Segundo a mesma reportagem, somente em João Pessoa, foram fechados 1.765 postos de empregos: nas áreas da construção civil, com 1.155 do comércio 725 e serviços 699. E, isso, é preocupante porque em um país como o Brasil, no qual, historicamente, o desemprego tem uma média assustadora, sendo um país que não investe devidamente em educação para preparar seus cidadãos. Estará sempre vivenciando a crise do desemprego. O responsável pelo desemprego não é somente a transformação imposta pelo meio técnico científico, mas é, sobretudo, político, conforme nos diz Santos:

Então não é a tecnologia a Responsável pelo desemprego, mas a política. Isto se vê melhor através da Geografia, à medida em que ela examina a história se fazendo, pois, a História não se faz sem o espaço, então a forma de tomar as técnicas, historicizá-las, supõe o conhecimento e a maneira como o espaço se organiza a cada momento (SANTOS, 1996, p.13).

Observa-se que, quanto mais pessoas desempregadas, mais vulneráveis estarão as ruas de serem ocupadas, seja pelos trabalhadores informais, ou por bandidos e, quanto menos empenho em políticas públicas que alavanquem a economia, elevando através da educação a preparação de mais pessoas para o mercado de trabalho, haverá sempre o aumentar do exército de reserva. Santos (1996) faz o alerta que é um grande erro atribuir um só fator como sendo responsável pelo desemprego, pois, temos que entender e perceber, antes de tudo, a totalidade dos fatos, para não fazermos uma dedução precipitada. Sabe-se que são vários os fatores que forçam as pessoas irem às ruas comercializar mercadorias como única saída para sua sobrevivência e conclui que sempre haverá essa alternativa aos trabalhadores.

No domingo, 24 de agosto de 2015, todas as barracas foram derrubadas definitivamente, encerrando uma história de mais de trinta anos. O que se via no momento da

⁹Ministério do Trabalho e Emprego

derrubada era um misto de indignação e perplexidade, pois, ninguém estava acreditando que aquele lugar em que tinha propiciado a criação dos filhos e a manutenção da vida, com muita luta e resignação, fosse um dia acabar. As pessoas que utilizam o Parque como caminho diariamente, quando descem do ônibus coletivo demonstram certa apreensão e medo, pois a presença das barracas dava-lhe a sensação de segurança e não sabem como será a partir de então.

Os que presenciavam a situação paravam, de forma breve, para ver as máquinas caterpilha derrubando as paredes das barracas, depois que os ex-proprietários, presentes naquele momento, retiravam partes das coberturas, ainda bem conservadas, para, provavelmente, reaproveitar em uma nova barraca, enquanto outros estavam ali perplexos ao conferir se realmente era possível aquilo acontecer. Ao perguntar a um ex-proprietário quanto custaria uma barraca dessa do tipo quiosque e ele respondeu que, se por motivo superior alguém quisesse vender, o valor ficaria acima de duzentos mil reais, e muitos dos atuais proprietários tinham adquirido há menos de cinco anos o que, realmente, era um investimento muito alto. Embora, de acordo com a ACAPSL, a maioria absoluta de comerciante tenha mais de vinte anos de fixação naquele local.

Os ambulantes eventuais, que têm as barraquinhas próximas às paradas dos ônibus e que vêm dos bairros periféricos da cidade, como vimos, pagavam impostos para a Prefeitura através de uma pequena taxa mensal como cadastrados e, os que, eventualmente, também, circulam naquele espaço, mesmo que esporadicamente, sem cadastro, também terão que, definitivamente, deixar o local.

Os sem cadastro, sem força representativa, foram esquecidos e nenhuma proposta lhes foi oferecida, a não ser a de serem orientados a procurar, por conta própria, um local no bairro varadouro que fica na Cidade Baixa, ao que eles resistem, visto que, para eles, lá não há o movimento como no Parque, trazendo um prejuízo de perda de mercadorias e aqueles que já são de lá são os mesmos que sobem para o Parque, são os mesmos que chegam ao cair da tarde, como vimos acima.

Em toda área norte do Parque onde existiam os quiosques, sobrou apenas as metralhas das barracas, muitos troncos de árvores e muito lixo, conforme imagens abaixo:

Figura 14 – Retirada dos entulhos e troncos de árvores jovens



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Figura 15 – Raízes e troncos de árvores derrubadas para passagem do BRT



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

As cenas reveladas nas imagens acima causaram desespero e furor nas pessoas que caminhavam pelo Parque e, uma grande onda de indignação tomou conta da cidade, principalmente, nas redes sociais, aonde as pessoas registravam em fotos e vídeos as cenas de violências contra as árvores do Parque, mostrando revolta, não faltando adjetivos, censurando a atitude da Prefeitura em realizar o “arvorecídio” coletivo na calada da noite, contra as jovens árvores por estarem no caminho do BRT. A prefeitura prometeu realizar o replantio de outras arvores para suprir a ausência daquelas que foram retiradas e, para quem acompanha o processo, é difícil que as promessas contemplem novamente o prejuízo causado ao Parque. Pelos equipamentos que a prefeitura promete instalar no parque, conforme vimos – na

publicidade da obra, já que não tem projeto – torna muito difícil prevê que comporte as 481 árvores anunciadas pela SEMAM, para somar com as 720 já existentes, visto que, é muito equipamento para pouco espaço, sendo, portanto, promessas ambiciosas e utópicas. Não obstante, conforme Martins (2015), a obra do Parque será entregue à população em junho de 2016.

O *Blog Mata Atlântica na Paraíba*, que acompanha os acontecimentos relativos à conservação da Mata Atlântica no Estado e na Capital, posta a matéria da Prof.^a Ligia sobre a situação de parques e arborização urbana, sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade:

Recentemente veiculou propaganda de uma cidade inexistente, com projetos futuros, dizendo como vai ficar a cidade e, se o cidadão prestar atenção de verdade, nada do que foi anunciado dessas obras está em andamento, ou se está, é tão lento que torna-se imperceptível na paisagem. Isso nunca foi visto, pois, em geral, as propagandas devem ser de realizações e não de abstrações. No mais, a PMJP vem recebendo denúncias sobre a falta de transparência nas ações e nos projetos que realiza. Por exemplo, o projeto de revitalização da Lagoa, ninguém sabe, ninguém viu. Em audiência no Ministério Público, IPHAEP e IPHAN afirmam que apenas a fase de drenagem da Lagoa foi autorizada. Até então, em ambos os órgãos, não tramita nenhuma solicitação de análise de projeto do que vem sendo veiculado na mídia. Ou seja, estamos diante de uma cidade abstrata, que só existe na cabeça dos planejadores e burocratas da política dos planos e papéis. Enquanto isso, o cotidiano continua muito real com os mesmos problemas de sempre, que os planos, projetos e propagandas não resolvem. Na qualidade de abstrações, eles servem, apenas, para iludir as pessoas (SILVA, 2014).

Os impactos atuais no Parque Sólon de Lucena são vários e os transtornos que surgiram mexeram com os hábitos dos pessoenses, uma vez que, boa parte da população ainda frequenta essa parte da cidade por diversos motivos e usa, principalmente, os ônibus e os carros de passeio. Com a intervenção, segundo Viana (2015), foi subtraída 180 vagas de estacionamento nos anéis interno e externo da lagoa, vagas estas cobradas aos donos dos veículos e, dando um lucro de 100 mil reais ao mês à prefeitura, apenas no setor norte do parque, sem contar com o setor leste.

As consequências dessa supressão das vagas são sentidas por aqueles motoristas que vêm ao parque para trabalhar ou resolver alguma coisa, pois, as ruas mais próximas são as opções para estacionar. Segundo a autora, a novidade no projeto desagradou os motoristas que já encontram dificuldades para estacionar no Centro de João Pessoa. Na mesma reportagem, o fim do estacionamento gerou, na população usuária do espaço, insatisfação, desabafos, aborrecimentos e descontentamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista aos argumentos apresentados, pôde-se observar nesta pesquisa, que os vendedores ambulantes, eventuais e congêneres, comercializavam no Parque Sólon de Lucena no início deste estudo e, encerraram suas atividades durante a pesquisa, por meio da remoção de seus quiosques, barracas e semelhantes de forma brusca, como resultado da falta de planejamento e diálogo por parte da Prefeitura na condução do processo.

A dinâmica apresentada pelo nosso objeto de estudo, o setor norte do Parque Sólon de Lucena, forneceu uma quantidade de informações interessantes sobre os conflitos urbanos e geográficos que envolvem o poder público municipal e os vendedores ambulantes, eventuais e congêneres, por estarem naquele momento trabalhando para sobreviver e vivenciando a sua remoção.

Vimos que, teoricamente, as possíveis origens do uso e ocupação dessa porção do Parque, conforme seguimos na evolução da chegada a esta área, é motivada pelos desempregos estruturais e conjunturais, bem como, pela incapacidade desses trabalhadores informais acompanharem a modernidade e se qualificarem na obtenção de empregos nas linhas de produções industriais. Pois o desemprego trata-se de um fenômeno da falta de planejamento e vontade política.

Nas entrevistas, constatamos que as pessoas envolvidas neste despejo, promovido pela Prefeitura, só tinham aquele meio para sobreviver e já passavam da meia idade e, que para alguns “donos de quiosques” (não eram efetivamente proprietários) e ambulantes eventuais, nenhuma opção lhes foi oferecida, a não ser sair, procurar outro lugar para se instalar. O poder público agiu de forma autoritária e pouco aberta ao diálogo, sem dar meios a todos saírem com dignidade depois de terem, em alguns casos observados, passado metade das suas vidas sobrevivendo com os pequenos lucros das suas vendas naquele local.

Foi possível vê que existem normatizações que devem ser obedecidas pela gestão municipal e que algumas não foram, como as normas indenizatórias. Merece destaque quanto ao fato de o Parque Sólon de Lucena ainda estar numa posição centrípeta, ou seja, de ainda atrair as pessoas de todos os bairros da capital que, por algum motivo, vêm ou virá a esse lugar, visto ser talvez o centro, o mais importante e aglutinador, de negócios e trabalho da cidade, por conter, além de edificações antigas, também é onde estão instaladas as sedes dos três poderes do Estado, executivo, legislativo e judiciário e a câmara de vereadores, por isso, afirmamos ser sempre uma preocupação por parte dos prefeitos mexer na estrutura do parque

por se tratar de uma obra vitrine para qualquer administração municipal, daí o interesse de promoção pessoal do atual mandatário municipal que, deixa transparecer, trata-se mais de uma obra em prol de interesses próprios, do que a sobrevivência de mais de 200 pessoas que viviam diretamente do Parque, sem mencionar os fornecedores de mercadorias dos mesmos, conforme nos foi relatado pelo então presidente da ACAPSL.

O estudo aponta para uma necessidade de que o poder público municipal deveria investir em políticas públicas no sentido de diminuir a incidência de desemprego, que só faz aumentar os índices de desigualdades e desemprego local, como também, para tentar diminuir o exército de reserva investir em mais qualificação profissional através de escolas especializadas em prepará-los para o mercado de trabalho.

Sabe-se que o surgimento de vendedores ambulantes ocorre, principalmente, devido à precarização da produção rural e a migração campo–cidade. Com a chegada deles à capital e a pouca oferta de emprego e renda. Este problema se agravou com a virada da década de setenta, quando o Brasil, finalmente, tornou-se urbano. Ou seja, as cidades tiveram as suas populações aumentadas diversas vezes e, ainda hoje, sofrem para acomodar todos os que migram da zona rural para a cidade. Mais uma vez, comungamos com o que Santos (1996) afirma que este é um problema, acima de tudo, de falta de vontade política.

É possível de constatar que não há a menor possibilidade de acontecer o que estão propondo para a população – um parque contemplativo – visto ser uma área que aglutina bairros com altos índices de violência e ninguém em sã consciência iria expor a sua família a riscos ao vir passear nos finais de semana. Seria mais conveniente que os recursos ali gastos fossem direcionados para uma melhor assistência básica para população como na área da saúde, educação e segurança pública, que passa por um momento muito delicado na capital, e não simplesmente querer encher os olhos da população de equipamentos que nunca terão utilidade imediata, remetendo mais a uma obra de caráter de “bijuteria urbana”.

Deveriam apenas ter restaurado as calçadas e os bancos de assento, ao invés de condenarem pais e mães trabalhadores ao desespero de não saber como irão sobreviver a partir da sua saída do Parque.

A pergunta a se fazer é: O que adianta uma cidade repleta de problemas sociais relativos à falta de assistência básica à população, a saber: saúde, educação e segurança pública, com o desemprego cada vez mais elevado, dado à crise atual que assola o país, ter gasto conforme as placas no local da obra, mais de 40 milhões de reais numa intervenção urbana que jogou mais pessoas na informalidade e no desemprego?

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. *Cidade de Joao Pessoa: a memória do tempo*. Joao Pessoa: Gráfica e Editora Persona, 1992.
- BRITO, Gilvan de. *Opus Diaboli: A Lagoa e Outras tragédias*. João Pessoa: Editora Moura Ramos, 2011.
- BRITO, Lucas. Desaprovação dos Cortes de Arvores do Parque Soon de Lucena. João Pessoa, 2015. Disponível em: <www.guiaparaibano.com.br>. Acesso 21 jul. 2015.
- BRASIL. *Estatuto das cidades*. Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. Dispõe sobre a normatização e utilização do espaço urbano. Disponível em: <www.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../estatuto_cidade_2ed.pdf?...1>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re) Produção do espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CORREA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 8º edição. São Paulo: Ática, 2007.
- DAMIANI, Amélia Luísa. *População e Geografia*. 9º Ed., 2º reimpressão- São Paulo: Contexto, 2009.
- DANTAS, Eder. A Lagoa de Volta. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 de abril de 2014. Caderno A, p. 6
- GEMINIANO, Ainoã. Barraca é demolida na Lagoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 ago. 2015. Caderno B, p. 2.
- GOMES, Ana Érica Magalhães. *O mercado informal nos logradouros de centro de João Pessoa: uso do solo e aspectos legislativos aplicados aos trabalhadores informais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.
- IBGE. *Censo Demográfico* 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 07 jun. 2015.
- IPHAEP. *Imagem aérea do Parque Sólon de Lucena*. 1928. 3 fotografia, p&b, 8,28 cm x 10,8 cm. Acervo do IPHAN.
- IPHAN. *Implantação do Distrito Industrial*. João Pessoa. Disponível em: <www.iphan.gov.br/pdf/comissaopermanentededesenvolvimentodocentrohistoricodejoao%20pessoa>. Acesso 28 de maio de 2015.
- JOÃO PESSOA. *Código de Postura do Município de João Pessoa*, Lei complementar N° 7, de 17 de agosto de 1995. Dispõe sobre normas de higiene pública e particular no município de

João Pessoa. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/1995/08/Codigo-de-Posturas-do-Municpio-de-JP.pdf?4028d8>. Acesso em: 18 jun. 2015.

JOÃO PESSOA. *Código de Urbanismo*. Lei N° 2.102/1975. Julho de 2001. Dispõe sobre o planejamento físico do município. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/codi_urba.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. *Código Municipal do Meio Ambiente*. Lei complementar 29 de agosto de agosto de 2002. Dispõe sobre as normas para gestão ambiental. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/codi_meio_ambi.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. *Lei Orgânica do Município de João Pessoa / PB de 1990*. Dispõe sobre as normas que regem o município respeitando a legislação federal e estadual. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/Lei_Organica_de_Joao_Pessoa.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. *Plano Diretor da Cidade de João Pessoa*, Lei Complementar N.º 3, de 30 dezembro de 1992. Atualizada e consolidada a Lei complementar n.º 4, de 30 de abril de 1993. Dispõe sobre a normatização dos espaços públicos da cidade de João Pessoa cmo também sobre as suas áreas de preservação. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/SEPLAN/plano-diretor/>. Acesso em 20 jun. 2015.

_____. *Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa*. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/index.php?secao=links>> Acesso em 20 out. 2015.

_____. *Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa*. Lei N° 12. 101, de 30 de junho de 2011. Dispõe sobre sistema de áreas protegidas de João Pessoa e seus usos. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/Lei-12101-2011-Sistema-Municipal-de-reas-Protegidas-SMAP.pdf?4028d8>. Acesso em: 20 jun. 2015.

KREIN, José Dari; WEISHAUPT, Marcelo Proni. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Escritório da OIT no Brasil. 1º vol. Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4. Brasília: OIT, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *A Cidade Capital*. Tradução Maria Helena Paula Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

LAGOA: ministério público dá 48h para PMJP apresentar projeto. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 09 de maio de 2015. Caderno A, p. 2.

MAIA, André Luiz. Sete árvores são cortadas na lagoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 20 jul. 2015. Caderno A, p. 2.

MARX, K. *O Capital*. 18. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. (Livro1, V, L.).

MEIRELES, Lucilene. Cerca de 300 toneladas de detritos são retiradas da lagoa do Parque Sólton de Lucena. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, p. 409 de maio de 2014.

MARTINS, Aline. BRT pega carona na crise; Travado. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, p. 3, 06 ago. 2015.

_____. Lagoa deve ficar mais insegura. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 jul. 2015. Caderno B, p. 3.

_____. Lagoa sem os quiosques até amanhã. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 22 ago. 2015. Caderno A, p. 2.

_____. PMJP inicia limpeza da Lagoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 03 jul. 2015. Caderno A, p. 5.

_____. Povo tem medo da Lagoa sem quiosques. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 10 jul. 2015. Caderno B, p. 4.

_____. Novo parque deve ser entregue em junho de 2016. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 03 set. 2015. Caderno B, p. 1.

MISSILENE, Dantas. Para Cartaxo, crise não afeta João Pessoa. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, p. 2, 13 jan. 2015.

MOURA JUNIOR, Cosme Oliveira. *Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua: o caso de São Luís*. São Luiz: Edufma, 2010.

NÓBREGA, Humberto. *Lagoa após a primeira intervenção*. 1928. 2 fotografia, p&b, 8,28 cm x 10,8 cm. Acervo do IPHAN.

RAMOS, Jair Ranieri Almeida. A Arborização Urbana e os Reflexos Socioambientais. In: SEABRA, Giovanni (org.). *Educação Ambiental*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 197 – 210.

REVISTA da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Edição Especial. Jul. 2014.

RIBEMBOIM, Jacques. Por uma “agenda marrom”. In: SEABRA, Giovanni (org.). *Terra: Cidades, Natureza e Bem-estar*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 17 - 24.

_____. *João Pessoa: Qualidade de Vida e Planejamento Urbano*. Política Hoje, Recife, UFPE, v. 3, n.6, p. 61-78, 1996. Disponível em: <www.ligiatavares.com>. Acesso em 12 de abr. 2015.

SILVA, Ligia Maria Tavares. Espaços Verdes em João Pessoa: Planejamento e Realidade. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). *Terra: Cidades, Natureza e Bem Estar*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2012, v. 1, p. 185-200.

_____. *João Pessoa: cidade abstrata dos Planos, Projetos e papéis*. João Pessoa, 29 set. 2014. Disponível em: <<http://matatlanticapb.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 jan. 2015.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção*. 4ª. Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *Espaço Dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Mynat. Reg Viana - Rio de Janeiro: F. Alves, 1997.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. Tradução Maria Irene de .F.Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Geografia Além do Professor?* Conferência de Abertura do 1º Encontro Regional de Estudantes de Geografia do Sudeste. Juiz de Fora – MG, 1996. Disponível em: <http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2012/02/Geografia_Al%C3%A9m_do_professor_%20%20MiltonSantos1996.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 3ª edição. Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. *Pobreza Urbana*. São Paulo; Recife: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Abc do desenvolvimento urbano*. 6ª Ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Maria Adélia de. *Governo Urbano*. São Paulo: Nobel, 1988.

STUCKERT, GILBERTO. *Início das obras da Parkway: Av. Getúlio Vargas e Lagoa, ao fundo*. 1928. 4 fotografia, p&b, 8,28 cm x 10,8 cm. Acervo do IPHAN.

TV CORREIO. *Indignação da população contra o corte das árvores do Parque Sólon de Lucena*. João Pessoa, 2015. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ay4WwsVasCc>. Acesso em 21 jul. 2015.

VIANA, Bruna. Com reforma Lagoa perde 180 vagas de estacionamento. *Jornal Correio da Paraíba*, João Pessoa, 19 set. 2015. Caderno A, p. 3.

YAGIZI, Eduardo. *O Mundo das Calçadas*. São Paulo: Humanitas/ fflc/ usp: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1 - Com a reforma no parque Sólon de Lucena, qual a alternativa que a prefeitura tem para os proprietários de quiosques e ambulantes que atualmente estão ocupando aquele espaço?

2- Existe alguma possibilidade de os que ocupam aquele espaço público, serem indenizados para sair de lá do parque?

3- A reforma que a prefeitura apresentou na mídia, com equipamentos necessários ao lazer, vai acontecer? Ou o projeto foi modificado por ser tombado pelo IPHAEP, conforme o Decreto 8.653 de 1980?

4- Sabemos que aquele espaço é antes de tudo, público, unidade de conservação e tombado pelos órgãos que defendem a sua preservação. Qual o olhar da Prefeitura neste sentido? Conciliar com o social? Visto que várias famílias dependem dali para sobreviver, ou ser rigoroso em obedecer à lei que obriga a prefeitura a cuidar daquele parque, que é de interesse para a conservação?